Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 27 de junho de 2016

Ata N.º 26

No dia vinte e sete de abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Contas Consolidadas 2015;

PONTO TRÊS – Fundação COI - Desafetação de Domínio Público; Alteração à licença de loteamento n.º 37; Cedência de direito de superfície;

PONTO QUATRO – Alteração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Reposição de pavimentos em calçada e outros - Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO CINCO – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca – Limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas;

PONTO SEIS – Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos - Alteração dos mapas de execução;

PONTO SETE – Atualização de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Acordo de Execução – limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;

- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sra. Carina Sofia Tomé de Matos;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão extraordinária de 12 de maio, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira do PS,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontrava presente.
- **Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão do PS**, justificou ausência à sessão por motivos profissionais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge da Silva Marques** que se encontrava presente.
- **Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão por motivo de férias tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio** que iniciará a sua participação mais tarde e nessa ocasião assinará a respetiva ata de posse, que ficará apensa à presente.
- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU,** Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo justificou ausência à sessão por motivos pessoais, fazendo-se substituir pela **Sra. Carina Sofia Tomé de Matos**, Secretário da Junta, que se encontrava presente.
- **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim,** justificou ausência à sessão por motivos de saúde de filho menor tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU,** apresentou pedido de alteração ao período da suspensão de mandato, apreciado na sessão ordinária de 28 de abril, que passará a ser de 28 de abril a 1 de julho.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** e **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira do PS** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as minutas das Atas Números Dezassete, Dezoito e Dezanove, datadas de vinte e cinco de junho, dezasseis de julho e vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze, respetivamente, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes.

Só para pedir uma retificação aqui na ata número dezassete, na página trinta e seis, na terceira linha da minha intervenção "compreendo o porquê desta beneficiada reabilitação urbana" para retirar a palavra "beneficiada", é tudo.

Disse."

Sra. Presidente da Mesa:

"Retirar, é isso?

Como é que fica a frase?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Compreendo o porquê desta reabilitação urbana."

Sra. Presidente da Mesa:

"Ah! Ok claro, sim senhor muito bem.

Mais questões?

Mais questões?

Sim, tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD.PSD/CDS-PP:**

"Ora a ata número dezanove, página quatro, há uma parte que tem uma reticências na minha intervenção e eu queria completá-la só com uma linha, não é? Portanto diz "*queria só referir que embora não apresentando novamente uma proposta de deliberação do IMI Familiar que apresentamos em fevereiro*" o sentido era "*mantemos a nossa posição relativamente ao IMI Familiar*" eu devo ter dito mais coisas, mas pronto, era só acrescer isto.

E havia aí uma, mas essa é uma questão de português mas eu agora não estou a encontrar, ah já sei, página quinze, na ata dezanove, na intervenção a segunda linha diz "*problema das mulheres ratadas*" eu como não aderi ao acordo ortográfico eu agradecia que pusessem o "*p*" e ficasse raptadas, é porque o sentido é tão diferente era só pôr o "*p*"."

Sra. Presidente da Mesa:

"E essa até foi das letras que não caiu.

Ok, mais questões sobre a ata?

Tem a palavra o Partido Socialista, Bruno Grazina, por favor."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Antes de mais boa noite a todas e todos os presentes.

Eu tinha aqui um reparo só na ata número dezanove, na página vinte e dois é aqui referido que a minha intervenção não foi audível na gravação mas, felizmente, ainda me consigo lembrar do que disse grosso modo. O que foi aqui referido foi uma sugestão quanto à questão do Polidesportivo José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, uma sugestão para que a iluminação fosse prolongada para além daquilo que existe. Tanto que também vê-se no enquadramento da resposta do Sr. Presidente da Câmara que foi esta a sugestão que foi feita.

É só."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as atas:

A Ata número dezassete, de vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A Ata número dezoito, de dezasseis de julho de dois mil e quinze, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A Ata número dezanove, de vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, sete do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

O **Sr. Pedro Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:58 horas.

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora sim antes de prosseguirmos, eu pergunto às Sras. e aos Srs. Munícipes se desejam usar da palavra, colocar alguma questão?

Muito bem, peço desculpa porque normalmente é logo no início da sessão mas, enfim, também serve para perceber um bocadinho como é que funciona. Eu pedia só o favor de, não se importa de dirigir aqui ao micro porque nós temos que gravar a intervenção, que dissesse o seu nome, está bem? E colocasse o assunto, por favor.

Boa noite, faz favor."

A **Sra. Vitória Júlio:**

"Vitória Júlio, eu resido no concelho e na freguesia de Palmela, precisamente junto ao Bairro do Braga, ao lado de onde era a antiga "Rosca", que está agora abandonado, tudo em ruínas, aliás já há uns anos largos que aquilo está tudo em ruínas, e tenho uma fila de pinheiros ao lado do meu terreno, portanto ao lado do meu quintal, onde tenho árvores de fruto e onde tenho horta, e os pinheiros já estão por cima das árvores, por cima da horta. Parte das árvores já secaram e quando é na altura em que estão cheios de lagarta caiem para cima dos produtos hortícolas, eu que tento fazer uma agricultura, embora seja apenas para a casa, mas o mais biológico possível, não uso pesticidas, não uso herbicidas, não uso nada de químicos. Não sei, não consigo descobrir a quem é que aquilo pertence, aquilo está tudo abandonado, já fui às finanças dizem-me que não existe lá nada registado pertencente à "Rosca" e eu não sei onde é que me devo dirigir para que, realmente, seja feito alguma coisa, ou que me deem uma orientação, onde é que eu consigo ir, com quem é que consigo falar, para tentar resolver este problema.

Este inverno estive uma série de horas sem luz porque foi num fim de semana de muita chuva, de muito vento, e julguei que era uma avaria da EDP só que liguei para os serviços da EDP e disseram-me que não tinham avaria nenhuma naquela zona. Mandaram um piquete e então eles verificaram que tinha sido o cabo que liga a luz para a minha casa que tinha sido cortado pelos ramos do pinheiro, portanto tiveram que acrescentar o cabo e reparar aquilo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada pela sua intervenção.

Eu imagino, o Sr. Presidente de Câmara é capaz de fazer alguma sugestão em concreto.

Pergunto se há mais alguma questão que as Sras. e os Srs. Munícipes queiram colocar?

Sim, pedia o favor de se dirigir ao micro, que dissesse o nome, está bem? E a questão."

A **Sra. Vera Macedo:**

"Olá boa noite, o meu nome é Vera Macedo, eu estou aqui em nome individual mas também como porta-voz de um grupo de pais.

As nossas crianças frequentam o Infantário "Rouxinol", nos Brejos do Assa. O Infantário "Rouxinol" é uma IPSS, ou seja está sobre a tutela da Segurança Social, mas desde há dois meses, até agora, a própria Segurança Social penhorou as contas da instituição.

Neste momento as educadoras, e as restantes funcionárias que também acolhem o meu filho, estão há quase três meses sem receber vencimento e sem previsão de quando é que voltam a ter a sua remuneração de volta.

Nós unimo-nos como um grupo de pais, estamos a desenvolver uma séria de iniciativas para conseguir angariar algum dinheiro para a manutenção urgente de certos equipamentos. Neste momento os nossos filhos brincam em pisos com buracos que os fazem cair, e fazem com que se magoem, brincam no escorrega cujo toldo está rasgado, e por isso está ao sol.

Nós temos reunido com o Presidente da Junta, já reunimos também com o Sr. Vereador Adilo Costa, com a Dra. Fernanda Rolo, e queremos expressar aqui a nossa preocupação. Sabemos que uma IPSS não sendo propriamente da tutela da autarquia, não havendo também muita resposta pública, consideramos que é uma situação urgente, não é?, e como tal apelamos a que façam o que estiver ao vosso alcance para ajudar o "Rouxinol"."

A **Sra. Ana Filipa Sobral da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:03 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, muito obrigada.

Mais alguma intervenção neste período destinado às Sras. e aos Srs. Munícipes que queiram colocar questões? Não?

Pronto, então eu perguntava ao Sr. Presidente se quer, a propósito das questões colocadas em concreto, adiantar já alguma informação, por favor?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Munícipes, Comunicação Social, Trabalhadoras e Trabalhadores do Município, cordiais saudações, boa noite a todas e a todos.

Sobre as duas questões suscitadas, eu relativamente à questão apresentada pela D. Vitória Júlio, sugeria que pudéssemos ficar com o contacto da senhora, o meu Chefe de Gabinete que coordena também a Proteção Civil. É um assunto que não nos é estranho, de facto, eu próprio já tinha dado orientações no sentido de se notificar o proprietário do terreno dado o conjunto de ramas e de troncos de pinheiro porque terá havido em tempos uma intervenção no local de limpeza de terreno mas ficou lá a matéria combustível amontoada. Trata-se de um assunto que a Proteção Civil vai tentar encaminhar, mas passa naturalmente pela Divisão de Fiscalização a quem faremos chegar também o nosso relatório para notificar o proprietário do terreno para que proceda à limpeza do mesmo e caso seja necessário o abate de alguns pinheiros de grande porte. Um obstáculo que poderá sugerir é tratando-se de um pinheiro manso, hoje também está sujeito a autorização de abate por parte da Autoridade Florestal Nacional e tratando-se de um pinheiro bravo tem pelo menos de ser indicado o destino do mesmo por causa de estarmos na Península de Setúbal, na zona de influência de "*Nemátodo"* do pinheiro.

Assim sendo se a senhora fizer o favor de dar o contacto ao Dr. José Alexandre, nós procuraremos fazer a visita ao local, avaliar a situação e encaminhar para as entidades competentes. Em última instância, apesar das finanças dizerem que não se consegue encontrar o proprietário, nós às vezes pesquisando um pouco mais pode ser que, há-de haver um administrador de insolvência, há-de haver qualquer coisa, há-de haver um banco, alguém é dono de aquilo, porque senão nós vamos lá e tomamos posse administrativa. Portanto alguém vai acusar-se certamente e nós procuraremos encaminhar o assunto para que possa ficar mais tranquila e comunicaremos.

Sobre a questão pertinente colocada pela munícipe Vera Macedo, em representação de outras mães e encarregadas de educação de Brejos do Assa, sobre o "Rouxinol", naturalmente nós temos acompanhado com alguma apreensão aquilo que nos últimos meses era público na comunicação social, folgo em saber que houve de facto reunião com o Sr. Vereador, aliás já tínhamos abordado este assunto em reunião de coordenação para que com os nossos serviços procurássemos saber, efetivamente, o que se estava a passar.

Como deveis calcular as questões da penhora e penso que das últimas informações que temos haverá já um processo e uma forma de negociação encontrada com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, para irem pagando a prestações mais suaves mas, de facto, há questões urgentes que em nosso entender, por aquilo que já foi relatado aqui, mas também relatado aos nossos serviços e ao Sr. Vereador, merecem a nossa intervenção e o nosso apoio naquilo que diz respeito ao espaço de jogo e recreio, naquilo que diz respeito ao toldo de ensombramento. Enfim procuraremos avaliar, orçamentar, e ver em reunião de Câmara se é possível um apoio extraordinário para algumas destas questões, obviamente nenhum município atribui subsídios a IPSS para pagar dívidas, quanto muito para elas se candidatarem a obras, a fundos, quando se trata de ir buscar, como já aconteceu neste mandato IPSS que se candidataram a fundos comunitários para realizarem obra e a parte não financiada pelos Fundos Comunitários uma parte foi assegurada pelo Município para que o investimento não saísse do concelho e a outra parte pela própria instituição/IPSS, ou outra natureza.

Neste caso há aqui um conjunto de questões, nós também já reunimos com a direção, penso que houve um encontro também, já hoje houve uma reunião e, portanto, alguns problemas como o toldo, o piso, baloiços,

superfície de impacto da areia, questões de calçada, algumas manutenções, apoio no despejo de fossas etc., nós procuraremos dar este apoio para que chegados ao início do próximo ano letivo, e oxalá a instituição retome a laboração e a resposta social tranquilamente, as crianças não estejam sujeitas a algum perigo por via de algumas destas questões que não estejam em condições.

É o que lhe posso dizer neste momento, o Sr. Vereador tem aqui um relatório, que me está a pôr aqui à frente, ele há-de avaliar isto com os serviços e há-de discutir isto connosco em reunião e certamente conseguiremos também junto do Conselho Local de Ação Social, onde estão todas as instituições que têm assento nesse órgão da rede social, sensibilizá-los para que haja um apoio extraordinário a esta instituição para este efeito. Isto porque estão lá uma série de outras instituições também carentes de apoio, mas precisamente por isso é que existe a rede é para se discutir conjuntamente quais são as prioridades e aquelas que efetivamente devem merecer de imediato um apoio de emergência. É o que lhe posso dizer neste momento e estamos naturalmente disponíveis para continuar a trabalhar convosco nalgumas soluções.

Recorda-me o Sr. Vereador, e bem, que nós já procurámos a mediação junto da Segurança Social, já houve, e vamos continuar também a acompanhar o assunto procurando sensibilizar a Segurança Social para a situação de exceção que esta instituição merece e como diz, está numa zona do território onde embora tenhamos rede pré-escolar ali ao lado, e vamos ter também mais perto, sendo que as crianças do pré-escolar não se matriculam por área de residência, quem tiver a idade mais baixa é que tem prioridade, há, de facto, a componente de Creche e há a componente de ATL, e tudo isso faz falta naquele local. É uma instituição que nós vimos nascer ali ao longo dos anos, começou com associações de moradores, etc., teve um percurso difícil mas vale a pena naquele território, e é por isso que procuraremos apoiar na medida das nossas possibilidades e dentro do enquadramento legal que o assunto possa merecer naquilo que são competências da autarquia.

Disse, Sra. Presidente."

Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, Sr. Presidente."

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

<u>Período de Antes da Ordem do Dia</u>

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa uma Saudação da CDU e uma Moção da CDU.

<u>Saudação da CDU *"Defender o que é nosso: a Escola Pública!"*</u>

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Sobral** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Saudação.

Alguma intervenção?

Por favor tem a palavra pelo Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos. Sra. Presidente da Assembleia, quero-lhe apresentar os meus cumprimentos extensivos aos restantes Membros dessa Mesa, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos caros Colegas desta Assembleia Municipal, os meus cumprimentos também aos Técnicos da Câmara hoje em exercício aqui nestas instalações, à Comunicação Social e um forte cumprimento ao Público hoje aqui presente a assistir a esta Assembleia.

Em relação a esta Saudação que no fundo vem na sequência da marcha que foi uma resposta ao ataque à escola pública que tem sido levado a efeito pela direita a reboque da questão dos colégios privados com contrato de associação, e nesta matéria o que nós temos é o seguinte, a direita esteve durante os últimos quatro anos letivos a promover um ensino privado e a destruir o ensino público, durante quatro anos as escolas públicas reduziram em Portugal quarenta por cento, enquanto os colégios privados cresceram nove por cento.

Mais de vinte e oito mil professores ficaram sem emprego no ensino público durante estes quatro anos, nunca se preocuparam com isso. Aumentaram o número de alunos por turma no ensino público que chegou a atingir em algumas escolas, e publicamente tivemos conhecimento disso, os trinta e dois alunos por turma. Aumentaram o insucesso escolar no ensino público, dados oficiais, e criaram o ensino pseudoprofissional para marginalizar os alunos com mais dificuldades. Implementaram mega agrupamentos onde destruíram a vida democrática das escolas, como o facto de terem acabado com a participação dos representantes de pais no Conselho Pedagógico.

Reduziram, ano após ano, o orçamento do ensino público afetando a reorganização e o funcionamento das escolas públicas e dos agrupamentos das escolas públicas, e no ensino superior só em dois anos, nos anos letivos de dois mil e treze/dois e catorze e dois mil e catorze /dois mil e quinze, Portugal perdeu vinte cinco por cento dos seus alunos universitários.

Por outro lado na polémica melodramática da direita em relação aos colégios com contrato de associação, só um colégio dos que têm contrato de associação recebe mais do Estado que o Ministério da Educação tem para todas as obras do parque escolar público.

Estes colégios privados, que tanta polémica deram, com contrato de associação que recebem, e é do conhecimento de todos, oitenta mil e quinhentos euros por turma, tenha estas vinte cinco, vinte ou dezasseis alunos por turma como nalguns casos acontecem. Só na escola pública é que se exigia por parte do governo anterior o máximo de alunos por turma, os colégios privados podiam ter qualquer número que recebiam por turma.

Na escola pública cada turma em média custa ao erário público, tanto no primeiro, segundo, terceiro ciclo e no secundário, em média cinquenta e quatro mil e quinhentos euros, menos cinquenta e quatro mil e quinhentos euros, menos vinte seis mil euros por turma que se paga aos colégios privados com contrato de associação e mais de noventa e cinco por cento dos colégios privados que não têm contrato de associação, veja-se que fala-se em três por cento, cinco por cento, apenas estes setenta e nove é o que representa dos colégios privados e que no fundo são vítimas destes fabulosos contratos que existem que o Estado faz com estes colégios, dizem que apenas com metade dos oitenta mil e quinhentos euros conseguiriam, portanto, não gastar mais do que isso por turma.

Bom, mas o atual Governo está a trabalhar para mudar este modelo de destruição da escola pública e fazer cumprir a Constituição. Está a promover e a articular a rede pública coisa que o Governo anterior nunca fez, nunca conseguiu articular e, portanto, nunca soube o que é que era necessário ou não, também não lhe interessava ver isso, e onde ainda mantém contratos com trinta e nove dos setenta e nove colégios com contrato de associação e que são necessários ainda porque cobrem as necessidades onde a escola pública

não consegue cobrir a rede. Está neste momento a ampliar o pré-escolar que nos últimos anos teve o retrocesso enorme como é do conhecimento de todos. Pagou os atrasos de muitos pagamentos, como por exemplo as atividades de artes e muitas outras atividades nas escolas públicas.

Foi criado um programa para o sucesso escolar, já que nos últimos anos o insucesso escolar foi aumentando e foi-se criando o chamado ensino profissional para enviar os alunos com dificuldades para fora da escola e no fim da linha o desemprego ou o trabalho precário, e nós no nosso concelho temos exemplos desses de agrupamentos que estavam a enviar alunos com dificuldades e em vez de terem aulas de apoio eram enviados para as chamadas ditas escolas profissionais. Até porque nós quando falamos em escolas profissionais, eu estou muito à vontade para falar nisso porque frequentei uma escola profissional, escola industrial e profissional, nós recordamos sempre do trabalho extraordinário que foi feito por Cavaco Silva quando era primeiro-ministro, destruiu as escolas profissionais quer as escolas industriais quer as escolas comerciais, foi ele o destruidor disso foi um dos maiores crimes que se cometeu em Portugal em termos de ensino.

Resumindo, e para terminar, a prova de que estivemos a ser governados por uma ideologia perversa, pode-se verificar no ensino mas também se pode em relação ao que é publico e esta ideologia que tinha o Governo anterior como noutras áreas. Vou dar só um ponto na saúde para terminar, o maior centro hospitalar privado do País é o Hospital da Senhora do Bonfim, na Póvoa do Varzim, inaugurado em dois mil e catorze por Passos Coelho, está às moscas. Foi construído acreditando que o Serviço Nacional de Saúde seria destruído pelo Governo de direita, o problema foi que o PSD/CDS foi corrido e o plano foi por água abaixo. Isto é o entendimento que tinha o anterior Governo sobre a escola pública e tudo o que fosse público.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Recordo os Srs. Membros da Assembleia que se deviam…, sobre a Moção não quer dizer nada?

Não? Tudo bem? Sobre a Saudação?

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sobre a Saudação, concordo e vamos votar a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem. Tem a palavra o Bloco de Esquerda agora por favor, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Permita-me dizer, ou aduzir, alguns considerandos da minha parte em relação a esta Saudação apresentada que estou plenamente de acordo com ela, ainda para mais quando o Bloco de Esquerda se uniu a esta causa, aliás como toda a esquerda parlamentar e não só, todos aqueles que defendem uma escola pública inclusiva e não uma escola que separa crianças porque têm mais condições económicas, porque têm um credo religioso diferente dos outros todos, ou porque têm convicções diferentes dos outros todos. A escola pública é integracionista de todas as crianças sem olhar a credos, raças, condições socioeconómicas, seja que diferenças forem.

Permita-me dizer ainda que não se trata aqui como aquele argumento que foi muito trazido a público, pelos defensores da escola privada ou dos colégios, que os pais querem poder escolher onde os filhos têm a sua educação. Aquilo não se trata de um problema de escolha, os pais podem escolher onde os seus filhos são educados ou independentemente de ser uma escola pública ou uma escola privada, agora o Estado ou todos

os contribuintes é que não podem estar a financiar esses colégios, quando houve um desinvestimento por parte do Estado na escola pública nos últimos quatro anos, para não falar nos últimos seis, sete ou oito anos dos anteriores Governos.

Terminando Sra. Presidente, nós do Bloco, eu pela minha parte acompanho esta Saudação e votarei favoravelmente.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma intervenção sobre a Saudação? Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Efetivamente nós também não somos contra a escola pública, mas também não somos contra a escola privada. Eu, pessoalmente, no que me toca frequentei os dois tipos de ensino e consigo afirmar aqui que me dei bem nos dois e portanto não vou aqui fazer distinção. Relativamente aos contratos de associação, quero dizer que eu como eleita nesta Assembleia Municipal e tratando dos problemas do concelho de Palmela, não há nenhum colégio em Palmela com contrato de associação de modo que, nesse aspeto, a população de Palmela não estará prejudicada, pelo menos que eu conheça.

Gostava mais de ver aqui ser trazida uma coisa de que estamos todos de acordo que é o Pavilhão para a Escola de Palmela, assim como o anterior Governo, sim o Pavilhão para a Escola que estivemos de acordo várias vezes até no Conselho Municipal da Juventude. Tenho pena que o anterior Governo não o tenha conseguido trazer, embora tenha conseguido trazer com o contrato só agora assinado o Centro de Saúde do Pinhal Novo já com trabalho anterior até por parte da CDU e dos utentes, o que há a dizer tem que ser dito.

De modo que, relativamente a isto não temos nada a obstar mas abster-nos-emos, também não votaremos contra, e é só.

Ah, já agora também já que vejo que esta Saudação nalgum caso, parecia que era quase pré conhecida, mas se calhar não era, em todo o caso direi aqui que também lamento, não fazendo parte desta Saudação que as IPSS não sejam ajudadas mesmo em termos de impostos, não no pagamento de impostos, mas no sentido de resolverem o problema nomeadamente aqui o "Rouxinol", que por acaso já tinha visto no jornal a notícia, e ficamos felizes do Sr. Presidente dizer que a Câmara vai ajudar naquilo que puder e da sua competência.

E é sobre estes problemas concretos, e do concelho, que eu considero que é para isso que fui eleita e não para estar aqui, embora seja um assunto interessante e de que eu também gosto de discutir, só a debater problemas nacionais, embora considere que a educação também é um problema de Palmela e, portanto, como estão agora no Governo e apoiados esperemos que resolvam isto então rapidamente, mas não posso deixar de dizer que já agora essa influência também possa ser exercida neste caso concreto da IPSS e essa sim do concelho de Palmela, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista, novamente.

Pediu a palavra Sr. Membro da Assembleia Fernando Coelho? Sim, sim é só falar."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Relativamente ali à intervenção da nossa colega de Bancada do CDS-PP, queria lembrar-lhe que, realmente, o Pavilhão da Escola Secundária de Palmela já há muitos anos que anda em luta e que foi uma Ministra da Educação do Partido Socialista, Isabel Alçada, que fez o despacho para que fosse construído o Pavilhão.

No Governo imediato do PSD, que se seguiu, anularam esse despacho, portanto não venham agora com cenas de heroísmos porque foram vocês que destruíram o despacho que autorizava a construção do Pavilhão da Escola Secundária de Palmela."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, vamo-nos reconduzir-nos à Saudação?

Sobre a Saudação? Carlos Oliveira do Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sra. Presidente só para responder ali à Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto, sobre uma questão muito rápido, muito rápido Sra. Presidente, permita-me só isto. A Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto, fala como se o concelho de Palmela tivesse uma muralha e que os problemas não passassem do resto do País cá para dentro, dizendo que não há contratos de associação no concelho de Palmela. É tudo verdade, mas o problema é que os contribuintes do concelho de Palmela também contribuem, ou também contribuíram, para o financiamento de colégios privados noutros concelhos, outros contratos de associação, e aí é que está o problema, é este o grande problema.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, sim senhor.

Então vamos votar a Saudação, não lhe vou dar a palavra para responder porque não há aqui nenhuma, não foi interpelada, nem foi, Dra. Rosa Pinto, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto, não foi interpelada, não foi contestada, não há razão nenhuma para lhe dar a palavra, nós vamos votar.

O exemplo foi dado por si, ou seja nós não temos, foi, foi, sim senhora, o exemplo foi dado por si, nós não temos que estar, para já na gestão dos trabalhos eu vou vendo ao longo dos trabalhos quais são as matérias que realmente suscitam, não é, uma resposta e, de facto, neste caso concreto esta intervenção em nada suscitou a sua resposta.

Desculpe lá, há uma coisa que já lhe pedi no início dos trabalhos, Oiça eu não lhe estou a pedir para respeitar a minha decisão, só estou a pedir que respeite quando eu falo porque quando a senhora ou qualquer um dos outros Membros da Assembleia fala eu não interrompo, a não ser quando se excedem no tempo. Portanto, por favor, e é a última vez que lhe peço, não fale ao mesmo tempo quando eu estou a falar, eu nunca lhe retirei a palavra, agora acabei de dizer relativamente a isto que não acho que haja matéria para qualquer resposta, teve a sua intervenção, a intervenção do Sr. Membro da Assembleia Fernando Coelho, peço desculpa mas não foi apropriada neste caso concreto, mas, enfim, foi tão curta que não tive tempo de lhe retirar a palavra, mas não vou correr o erro de dar-lhe a palavra a si.

A intervenção do Bloco de Esquerda em nada suscita a sua resposta, portanto vamos votar.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e um do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

Moção da CDU *"Por um passe intermodal, com todos os operadores e em toda a AML"*

Tomou a palavra o **Sr. António Mestre** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção.

Alguém deseja usar da palavra?

Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nesta Moção é aqui afirmado, na sua última página, quinto parágrafo a contar do fim, que há vários cálculos o que permite demonstrar que essa opção fica mais barata e eu acredito que os hajam, não é? Houve algumas integrações feitas também pelo Governo anterior. Não estamos fechados a esta Moção, aliás temos moral para falar no que diz respeito ao concelho. Eu enquanto membro do executivo da Quinta do Anjo, quando fizemos parte, várias vezes nos reunimos com a empresa que é privada, não é? Com os TST.

Também já aqui trouxemos quando se fala aqui nas inúmeras falhas, até não foi uma proposta mas uma sugestão ao executivo para negociar com as operadoras a aposição dos horários das carreiras nas paragens.

Portanto nós não vamos votar contra esta Moção, vamo-nos abster, mas quero aqui reforçar esse pedido já feito há mais de dois anos.

Também aqui fizemos já vários pedidos, até por escrito, à mesa da Assembleia e agora não interpelando diretamente a Mesa agradecia que nos fossem enviado as atas das reuniões em que os Membros da Assembleia Municipal fazem parte incluindo da Comissão da Mobilidade, de que faz parte o António Mestre, e que sabemos que já houve reuniões posteriores só temos uma ata e, portanto, não nos podem pedir que acompanhemos isto tudo quando não nos são fornecidos alguns dados, mas não estamos fechados nem estamos contra o transporte público e achamos que o Estado quando dá dinheiro às empresas privadas deve ter aquele fator de correção, e de vigilância, nos serviços e isso eu, pessoalmente, defendo isso em todos os setores mas não sou contra o privado de *"per si"*.

E, portanto, temos aqui um caso concreto que eu sempre achei que não ia dar resultado porque não houve muita publicidade, daquela carreira da Quinta do Anjo para a estação. Aquilo era um mini bus, a maior parte das pessoas não sabiam que ele existia, era preciso tempo para ser adaptado, depois como não tinha rentabilidade, ou coisa que o valha, foi retirado ou seja dois meses não chegaram. E há outras zonas do concelho que são mal servidas de transportes e nunca escondemos isso, nem por ser Governo de direita ou de esquerda, estamos aqui para dizer isso e os senhores sabem. Portanto contarão com a nossa abstenção, baseado nessa parte de que não temos esses cálculos para defender aqui essa tese do intermodal, mas não estamos fechados.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções?

Tem a palavra o PS por favor, Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sobre esta questão, nós não estamos muito interessados em falar sobre o passado quereremos falar é do presente e do futuro, isso é que nos interessa, isso é que realmente nos preocupa. Com esta Moção vemos que daqui resulta uma clara mais-valia para o concelho, ainda por cima em áreas como esta dos transportes em que por via da especificidade do nosso concelho, com populações tão dispersas e com um território tão peculiar, seria certamente salutar o aumento das carreiras e o aumento dos horários da frequência dos autocarros, para além também duma baixa do preço.

Se bem me lembro das noções básicas de economia, quando aumenta a oferta normalmente baixa o preço ou quando baixa o preço aumenta a oferta.

Nesse sentido como vemos aqui uma clara mais-valia, não sabemos ainda o que é que diz concretamente o projeto-lei do PCP, vamos dar o benefício da dúvida e por isso iremos votar favoravelmente esta Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Muito bem, então votamos?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e um do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É para uma declaração de voto? Não."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Antes da ordem do dia gostaria de fazer umas questões ao Sr. Presidente da Câmara."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ah! ok. Sim senhor, muito bem vamos a isso.

Eu ia justamente dizer que não temos outras Moções ou Saudações e, portant,o continuando no período antes da ordem do dia, vamos dar a palavra aos Srs. Membros da Assembleia para outras questões que não estas.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez boa noite.

Queria deixar aqui três questões que, na nossa opinião, merecem uma resposta do Sr. Presidente da Câmara.

Na zona nascente do Pinhal Novo, na confluência da Rua S. Francisco Xavier, creio eu, com a José Carlos Ary dos Santos, há queixas dos moradores desta zona que o pavimento nestas duas ruas, ou no final da rua S. Francisco Xavier e na rua José Carlos Ary dos Santos se encontra já em estado de degradação. De facto, o pavimento foi, digamos que, remendado, os buracos foram tapados com remendos, mas quando chega a altura do inverno onde há a ocorrência de mais chuvas, estes remendos tendem a partirem-se e voltam os buracos de novo.

Por trás do bloco de prédios que existe na rua José Carlos Ary dos Santos, há um parque infantil e ao lado uma rua, não sei se faz parte de uma rua S. Francisco Xavier ou da José Carlos Ary dos Santos, que tem pavimento novo resultado de obras que ali ocorreram, não sei se de um coletor de águas pluviais ou outra desse tipo.

Segunda questão, o esclarecimento sobre o projeto anunciado numa reunião de Câmara, na Sede do Grupo Desportivo da Lagoa da Palha, acerca do projeto da zona nascente do jardim José Maria dos Santos. Está disponível para consulta pública? E onde?

Terceira questão, no dia dezanove de maio ocorreu uma concentração dos trabalhadores da Palmela Desporto, nas piscinas municipais do Pinhal Novo, devido ao facto de haver um mau estar entre o Conselho de Administração e os trabalhadores, por causa do acordo da empresa e por causa de atitudes pouco consentâneas do Conselho de Administração com os trabalhadores. Já hoje ocorreu uma manifestação desde o cruzamento dos Pinheirinhos, no Pinhal Novo, até às piscinas municipais onde houveram desenvolvimentos, mas neste caso parece ter havido represálias a um trabalhador por ter assinado um abaixo-assinado dos trabalhadores.

Nós, no Bloco de Esquerda, em respeito pelos trabalhadores e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, ou da delegação deste Sindicato em Setúbal, associámo-nos a esta luta dos trabalhadores e, em solidariedade, marcámos presença nestes dois dias, no dia dezanove de maio e hoje.

Concluindo a questão Sr. Presidente, sendo uma Empresa Municipal qual o papel de V.Exa., enquanto Presidente da Câmara Municipal, no sentido de desbloquear esta situação que se prende com o estatuto dos trabalhadores, ou seja havendo alteração ao estatuto dos trabalhadores, penso que seja este o tema e até tenho aqui a Moção que foi distribuída, com uma exigência do Conselho de Administração para que os trabalhadores efetuem várias tarefas fora do âmbito do seu contrato de trabalho, é mais ou menos neste sentido. Gostaria de saber mais sobre isto Sr. Presidente da sua parte e qual é que terão sido os passos da Câmara Municipal para desbloquear esta situação.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções, outras interpelações, ao Sr. Presidente da Câmara?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente muito obrigado.

A minha intervenção é uma intervenção política dentro dos cinco minutos que me confere o período antes da ordem de trabalho e não tem que ser obrigatoriamente estas intervenções. Meterem colocação de questões, é uma intervenção política que eu já deveria ter tido numa anterior Assembleia ordinária, depois das últimas eleições, mas não se proporcionou porque sempre que houve Assembleias ordinárias, o período antes da Ordem de Trabalhos foi sempre muito extenso, com Moções e intervenções do Público, e não mo permitiu fazer, mas hoje vou fazê-lo e vou tentar fazê-lo dentro dos cinco minutos.

E é para desmistificar o mito que existe sobre as últimas eleições legislativas e que é uma perfeita mentira, a de que e porque já ouvimos aqui nesta Assembleia, às vezes aquelas desculpem-me a expressão "*bocas*" de que não tem legitimidade para governar ou que é a geringonça. Eu quero dizer o seguinte, nas últimas eleições legislativas o partido que teve mais votos foi efetivamente aquele que está a governar, não foi o PSD como se diz, e isto prova-se de uma forma muito rápida.

Nas últimas eleições legislativas, houve catorze vírgula sessenta e quatro por cento de votos metidos nas urnas que não serviram para nada. Houve setecentos e sessenta e dois mil portugueses que foram votar nos dias das eleições e os seus votos foram deitados para o lixo, e vocês podem consultar isso na internet numa busca rápida. Por causa do *Método de Hondt,* por exemplo, no círculo eleitoral onde cada deputado seja eleito por vinte mil votos um partido que tenha cento e dezanove mil e novecentos votos, elege cinco deputados com cem mil votos e desperdiça dezanove mil e oitocentos votos.

Por exemplo, para vocês terem uma noção, se no final do dia das eleições juntássemos os votos do Partido Socialista, com o Bloco de Esquerda daria, de círculo eleitoral em círculo eleitoral, mais sete deputados eleitos e se fosse com o PCP, PS com o PCP-CDU, daria mais cinco.

Vocês agora está naquela altura de procurarem assim: *"então mas se isso é assim, porque é que ninguém fala nisso?"* Porque a nossa comunicação social em Portugal é preguiçosa e prefere entrevistar sempre os mesmos e falar sempre com os mesmos, prefere dar a notícia do homem que mordeu o cão e estou a falar na comunicação social nacional, televisões e particularmente os grandes jornais, não estou a dizer nada que seja mentira porque ainda há um mês atrás um Magistrado do Ministério Público disse que a nossa comunicação social estava ao serviço das empresas de comunicação, mas o facto é este é que se nós fossemos, por exemplo, fazer uma comparação, por exemplo o PSD e o CDS como concorreram juntos desses catorze vírgula sessenta e quatro por cento só tiveram um desperdício de três vírgula oito por cento e se nós fossemos fazer, não sabemos quantos votos teve o PSD nem quantos votos teve o CDS, em relação às eleições de dois mil e onze uma comparação direta eles teriam menos três deputados eleitos.

Portanto é uma demagogia dizer que o Partido que ganhou as eleições não está a governar, é mentira, teve menos votos e não está a governar porque eu e mais sessenta e dois por cento dos portugueses tivemos o bom senso e discernimento de não votar naquela gente.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Só tenho pedidos da Bancada do Partido Socialista, seguindo o princípio dou a palavra nesse caso ao PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, eu queria aqui só pedir uns esclarecimentos caso o Sr. Presidente tenha mais algumas notas, mas que depois nos podem vir até por escrito, quer relativamente aqueles processos das ditas construções inacabadas que nós demos aqui alguns exemplos e gostávamos de saber como é que estavam os processos e que há duas ou três Assembleias atrás até reiteramos mais um dos exemplos, incluindo aqui em Palmela.

Depois aqui há pouco tempo quando vi um caso de um acidente de uma grua, que não comparável porque estava a ser manobrada por um trabalhador e foi um acidente, também gostava de saber se esse processo da grua em Águas de Moura se está mais avançado ou como é que está.

Relativamente às AUGI's, nós vamos pôr por escrito algumas questões não quero estar aqui a maçar os presentes na sala sobre isso.

Para além disso como vêm aqui alguns acordos, os antigos protocolos não é, relativamente aos passeios e calçadas eu queria aqui solicitar alguma intervenção da Câmara mormente na Quinta do Anjo porque, por exemplo, não sei se essa obra será da Câmara se será da Junta, junto à Capela de S. Gonçalo os trabalhos encontram-se parados há bastante tempo e as pedras da calçada estão lá e eu acho que já não estão nem metade do que estavam, mas isso pode ser uma impressão minha não posso fazer esta afirmação totalmente que eu não contei as pedras para ser sincera.

Para além disso no que diz respeito à limpeza, não está cá o Sr. Presidente mas está um representante do executivo, há zonas no concelho que eu acho que o trabalho tem que ser um bocadinho melhor

programado, porque se limpam as ervas, deixam secas, aplicasse o herbicida como no caso da Sobral, depois ficam lá os montes várias semanas e noutras partes por exemplo junto ao Clube dos Portais da Arrábida elas nem são cortadas, quer dizer cortam-se na ruas da frente não se cortam nas de trás, era esse pedido, e a Câmara não terá uma intervenção direta, mas era um pedido de uma melhor organização nos trabalhos. Eu sei que por vezes o trabalho é muito e é difícil atender a tudo, mas pelo menos um bocadinho mais organizado e que fossem recolhidas as ervas que se cortam à medida que se cortam, porque no Sobral estão lá uns montes há que tempos, isto é um exemplo não quero aqui estar a especificar mais e portanto como vamos ter aqui hoje a aprovação dessa extensão dos Protocolos e há muitos buracos na calçada. Todos nós temos que ajudar, bem sabemos que quer os funcionários quer os executivos não passam todos na mesma rua, mas quando nós nem vemos os da nossa rua é grave e pronto é esse pedido que eu tenho aqui a fazer.

As reclamações que tenho por habitar na Quinta do Anjo, neste caso até são mais da Quinta do Anjo, mas essa questão da recolha de quando se cortam as ervas, aplicasse o herbicida, ficam secas, cortam-se e junto ao Clube Portais da Arrábida não sei porquê essa parte não é cortada, que eu acho que também tem que ser mantida, porque há ali o Clube perto não quero aqui entrar noutro tipo de comentários.

É só Sr. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Devolvo a palavra agora ao Partido Socialista, Sr. Membro Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

A semana passada, e na semana anterior, foram efetuadas reuniões com a população em Aires relativamente ao novo ordenamento de trânsito nesta localidade. Acontece que foi dada a informação pelo Sr. Presidente a determinada altura, penso eu porque não estava cá estava na Guiné Bissau, de que se iria ocupar um lote que se encontra abandonado na rua de Aljubarrota, para fazer um parque de estacionamento.

Segundo me foi informado por algumas pessoas mais velhas do que eu na zona e conhecedoras possivelmente da situação que eu não, esse lote quando foi feito a escritura de loteamento daquela zona foi destinado a utilização social. Era só isto que eu gostaria de confirmar se realmente se se encontra alguma discriminação aquando da escritura de loteamento daquela zona, se esse lote foi mesmo destinado a utilização social."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Há mais alguma intervenção para além do pedido do Partido Socialista?

Então continua a Bancada do Partido Socialista, por favor, Ricardo Marques."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Boa noite a todas e a todos, Sra. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todas e todos aqui presentes.

Tentando não ser longo, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara em relação ao que foi referido já na última Assembleia Municipal ordinária, quando se referiu à limpeza das bermas no caminho municipal 1029 que estaria a iniciar-se, e é verdade estava-se a iniciar, e começou do lado da freguesia do Pinhal Novo

e estendeu-se à freguesia de Quinta do Anjo, nomeadamente na Zona Industrial dos Brejos Carreteiros e até ao reservatório da água ali no caminho municipal. Depois, a partir daí, não se viu mais intervenção da Câmara desde maio e continuam as ervas, há ali a zona do sobreiro que tem ali uma curva que tem várias ruas de entrada e que tem alguma visibilidade reduzida, devido às ervas altas, e por aí fora Nova Casa das Febras até há entrada da Quinta do Anjo continuam algumas bermas com bastantes ervas. Era só reforçar e perceber porque é que também terminaram, porque se viu realmente os trabalhos e depois terminaram dali para a frente.

Depois só reforçar aqui algumas situações da Quinta do Anjo, de algumas referências dos vários munícipes que vieram junto do Partido Socialista reportar algumas situações, nomeadamente o lago do jardim de Cabanas que se encontra atualmente imundo, pelas descrições das pessoas, e uma nova situação que surgiu na Assembleia de Freguesia, ou seja reportaram diretamente à Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo, que é a limpeza no parque de merendas de S. Gonçalo, porque houve um agrupamento de pais, até de outro concelho, que se dirigiu com os filhos ao parque de merendas e pelo que foi relatado estava extremamente sujo e com falta de limpeza. Tudo bem que era fim de semana mas não houve ali uma limpeza recente e esperemos que assim seja, apesar de não ser uma situação diretamente do executivo mas é aqui o reforço neste Órgão sobre estes assuntos e disse.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Não tenho mais nenhuma …, continua o Partido Socialista? Vão esgotar o tempo."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"É muito rápido.

Boa noite cumprimento a Sra. Presidente e na sua pessoa todos os presentes, os demais presentes.

Apenas para congratular a medida, portanto o facto, do Secretário de Estado Adjunto da Saúde ter anunciado através da publicação da abertura do procedimento do concurso de catorze vagas de médicos de família, relativamente ACES da Arrábida, Palmela, Setúbal e Sesimbra, o facto desta situação reduzir portanto pelo menos o número de utentes sem médico de família e referir esse aspeto uma medida portanto do atual Governo do Partido Socialista que, de facto, tem a ver também com algo que vem mesmo no acesso à saúde na Constituição da República Portuguesa, art.º 64, e queria apenas sublinhar o facto desta situação ter de exigir na gestão destes recursos humanos o facto da Arrábida poder fazer uma boa distribuição, uma adequada e justa distribuição por todo o território relativamente aos utentes.

Era só isto e ficar esta menção e congratular esse facto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Bem então, agora sim, pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra para responder às questões?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente, muito obrigado, começo por agradecer as questões suscitadas.

Sr. Membro da Assembleia, Carlos Oliveira do Bloco de Esquerda, a rua Ary dos Santos que é no troço poente e não nascente da S. Francisco de Xavier está, de facto, conservada e mantida. O remendo que lá está não é um simples remendo de um ou dois metros, poderá verificar no local que tem vários metros de extensão, foi quase uma repavimentação de uma das faixas do trânsito. Quando tivermos oportunidade

repavimentaremos esses e outros arruamentos um pouco por todo o concelho, até lá o que nos cumpre é reparar e manter as estradas em condições de circulação em segurança, ainda por cima trata-se de um arruamento interno com velocidade reduzida, um troço de oitenta metros de estrada, portanto procuraremos quando houver oportunidade repavimentá-la.

O arruamento que refere que terá sido feito de novo é um arruamento que não tem nome, porque não dá para qualquer entrada com número de polícia e faz parte do parque de estacionamento que foi criado de apoio à ciclovia aquando da realização da mesma e que enquadra o espaço de jogo e recreio Ary dos Santos.

Sobre o estudo para o jardim José Maria dos Santos aquilo que foi anunciado foi a elaboração de um estudo prévio que foi apresentado na Semana de Freguesia de Pinhal Novo, à Junta de Freguesia, e o nosso compromisso, reafirmo, é elaborarmos o projeto depois de ter havido validação daquelas premissas, um estudo prévio tem premissas, tem objetivos, tem zonas a intervir. O projeto será elaborado ao longo deste ano, até porque este ano temos uma verba muito pequena, precisamente é para projeto, e só no orçamento do próximo ano teremos obra, mas garanto-lhe, tal como prometi, que este como outros projetos serão apresentados na Junta de Freguesia à população, porque é uma obra que naturalmente a Câmara está legitimada para a fazer mas dado que implica algumas mudanças de conceito requer uma apreciação pública pelo menos pelos fazedores de opinião e, portanto, quando tivermos o projeto divulgaremos para que toda a gente possa de facto participar, poderá ser até no âmbito do EU Participo, quem sabe.

Sobre as questões da Palmela Desporto, pois bem nós temos estado preocupados com a forma como alguns incidentes têm sido extrapolados e têm sido geridos. Começo por congratular-me com o papel que compete aos sindicatos fazer e daí reafirmo num momento em que tantas vezes se diz que os sindicatos são manipulados pelo PCP, ora a gestão a maioria da Câmara é do PCP e, contudo, considera que o sindicato é livre de tomar as atitudes que entender desde que julgue que são úteis e corretas para a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Depois dizer-lhe que nós temos reunido com o Sr. Presidente do Conselho de Gestão, demos-lhe orientações estratégicas para a empresa, no que diz respeito aos resultados e objetivos a alcançar, e que em matéria de gestão de pessoal dissemos ao Sr. Presidente do Conselho de Gestão e dissemos ao sindicato que era imperioso retomar a negociação do Acordo de Empresa que aliás já passaram tantos anos mas surgiu agora sabe-se lá porquê, está desde dois mil e um ou dois mil e três por ser retomado e concluído, e, portanto, creio que o Sr. Presidente do Conselho de Gestão já terá agendado com o sindicato as questões do Acordo de Empresa.

Contudo aquilo que nos preocupa, porque fizemos também sentir ao Sr. Presidente do Conselho de Gestão que está na sua alçada de competências, não na alçada da competência da Câmara Municipal, a organização dos serviços, a criação de modelos de funcionamento, as opções de gestão relativamente a programas e à gestão de equipamentos mas, naturalmente, terá que fazê-lo no estrito cumprimento da legislação laboral e, portanto, fico surpreendido com o comunicado que vi hoje porque não temos conhecimento de que as situações sejam tal e qual como são narradas, convido o Sr. Membro da Assembleia também a conhecer o comunicado do Conselho de Gestão da empresa, eu não tenho que tomar partido por um, ou por outro, apenas estamos preocupados sobretudo com a gestão do clima emocional na empresa. Não é tanto da questão das relações porque o diálogo é necessário, o que o Presidente da Câmara julga é que deve haver negociação, bom senso, consenso e há espaço para isso.

Nós já reunimos com os trabalhadores, ficamos naturalmente preocupados com algumas idiossincrasias pessoais porque cada pessoa é um mundo, tem a sua forma de estar, a sua forma de reagir, lamentamos algumas atitudes que revelam falta de humildade e falta de comunicação, mas acreditamos que o diálogo fortificará e que será possível ultrapassar caso não se extremem posições. O Município naquilo que lhe diz respeito tem aconselhado o Sr. Presidente do Conselho de Gestão e o conselho não poderia ser outro senão a negociação e o respeito pela legislação laboral.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, sobre as construções inacabadas faremos um ponto de situação eu vou pedir à Sra. Vereadora do Urbanismo e ao Sr. Vereador da Fiscalização que, agarrando no mesmo documento que já tivemos oportunidade de enviar a V.Exa., façamos a atualização, se calhar independentemente das férias de cada um os serviços ficarão a trabalhar sobre isso, a ver se temos uma

atualização, só teremos Assembleia em Setembro é certo, mas lá para o final de Julho convinha termos o desenvolvimento do processo uma informação escrita sobre o assunto.

Sobre a grua em Águas de Moura, desconheço se entretanto já decorreu o prazo, o prazo concedido está a terminar e naturalmente é já um prazo último que poderá levar à posse administrativa da grua, mas volto a dizer que da monitorização que está a ser efetuada não advêm dali receios e perigos, porque senão nós teríamos condições, até por via de pareceres da Proteção Civil, para intervir mesmo sem os prazos legais estarem expirados. Diz-me o Sr. Vereador Adilo, da Fiscalização, que o próprio proprietário na última reunião tida na Divisão de Fiscalização assumiu que ele próprio queria desmontar e retirar a grua dali, vamos ver se o fará dentro do prazo.

Sobre o calcetamento junto à Capela de S. Gonçalo é uma obra municipal, trata-se de uma empreitada de pequenos calcetamentos nalgumas zonas do concelho, aliás é mesmo uma pequena empreitada porque entretanto a maior esteve em adjudicação e penso que já está prestes a arrancar, tem ali calcetamentos na Venda do Alcaide, enfim, em vários sítios, não é muito porque vinte mil euros de calçada não é nada, não dá para fazer grande coisa, mas pronto é uma obra nossa. Eu passei na semana passada vi lá pessoas ainda a colocarem lancil, quer o lancil de resguardo quer o lancil junto à estrada, acho que ninguém abandonou a obra isto às vezes o calor e as horas de trabalho, já agora para quem não sabe aqui há dias alguém dizia: "*não se vê ninguém na rua, isto está sujo*" pois é os trabalhadores do Município estão a entrar às seis e a sair ao meio dia e meia/uma hora, portanto há jornadas de trabalho no verão que têm outros horários para a rega, para a limpeza, os empreiteiros farão o horário que entender mas eu espero que seja terminado porque era um espaço até de acesso a um edifício com algum interesse por se se tratar de um local de culto, mas também de ligação a um espaço de restauração e fica pelo menos aquela berma, a berma norte, fica calcetada era uma reivindicação antiga.

Quanto às questões de sensibilização para levarmos à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, eu penso que a Sra. Membro da Junta, que está hoje em representação do Sr. Presidente, tomará em boa nota. Nós sabemos das dificuldades que têm existido é por isso que hoje até trazemos aqui verbas de reforço para a calçada porque estão, de facto, a necessitar de fazer mais do que aquilo que estava no protocolo. Tenho conhecimento que já se iniciou a intervenção de limpeza do lago em Cabanas, portanto também não consigo garantir mas tenho conhecimento que seria no fim de semana ou que seria hoje, portanto, não consigo atualizar a informação. As outras questões, as questões de gestão de serviço são sempre muito relativas, sabe eu não tenho necessidade de estar aqui a fazer a defesa de ninguém em particular, mas vejo pela forma de gerir os nossos serviços é quando nós queremos um evento, quando nós queremos alguém a limpar umas festas que estão a acontecer etc., etc., as pessoas tornam-se insuficientes para terminar as tarefas e o planeamento que tinham. Nós vivemos com isso todos os dias, nós também já respondemos a munícipes: "*na próxima semana a máquina da química está lá, amanhã tenho aqui a informação no telemóvel começa o corte de ervas na rua tal*", e depois por um imprevisto qualquer isso não aconteceu, é preciso é que esteja no plano de trabalho e há-de ser realizado e a Junta de Freguesia há-de procurar responder o melhor possível.

Sr. Fernando Coelho, sobre o lote da rua Aljubarrota, o lote veio à posse do Município trata-se de um loteamento de um alvará de mil novecentos e setenta e sete e diz exclusivamente "lote para equipamento". Entretanto há que perceber, e V. Exa. mora na zona, que hoje os equipamentos não se fazem em lotes cedidos nos loteamentos de setenta e sete, aquele lote não permite fazer um parque infantil dada a proximidade da rua, não permite fazer um jardim, não permite fazer um polidesportivo. Então foi por isso que, no âmbito de outros loteamentos, se procurou localizar a Igreja de Aires, o polidesportivo, um jardim, no coração da Vila, porque, de facto, nos loteamentos antigos ainda hoje nós temos cedências de verdes, um canteirinho, porque é preciso realizar duzentos metros de verde e então faz-se ali uma coisa sem utilidade nenhuma. Felizmente evoluímos todos, o conceito hoje é ter espaços mais desafogados e, portanto, um parque de estacionamento também pode ser um equipamento social, nós procuraremos sobretudo manter o lote limpo porque se ele é do Município devia estar limpo, o carro que lá estava abandonado penso que já foi retirado, ou vai ser não sei, deve estar limpo e vamos lá colocar um sinal de parque e tratar o pavimento para, dado estes problemas que há com a ausência de estacionamento, ele poder ter essa utilização porque outros equipamentos Aires têm-nos e vai ter outros mas noutros locais mais desafogados, é esta a explicação.

Sr. Ricardo Marques, a limpeza das bermas no caminho 1029, tem razão estão atrasadas, o que se passou foi que a máquina esteve também no caminho municipal 533, parou no Lau com uma avaria, voltou para trás, esteve na serra por causa dos caminhos florestais, por causa da segurança contra incêndios que tínhamos que fazer o términus daquele trabalho quanto antes, mas garanto-lhe que esta semana senão avariar está lá, pelo menos foi isso que o nosso encarregado que à segunda-feira me faz um ponto de situação, ele tem quinhentos pendentes da Sra. Vereadora e tem ali uns dez do Presidente, eu estou sempre a tentar meter os meus dez à frente dos da Vereadora e, portanto, eu tomei em boa nota a sua chamada de atenção que é justa, há ali canas nalgumas zonas que invadem a berma e portanto tem toda a razão, mas será feito proximamente.

O lago do Jardim de Cabanas já dei nota, limpeza do parque de merendas de S. Gonçalo vamos chamar a atenção da Junta para ter uma melhor atenção porque, de facto, o parque nestas alturas do ano tem uma utilização muito superior e basta o lixo estar mal acomodado ou as papeleiras estarem cheias com lixo doméstico e aquilo espalhar-se e pronto fica ainda com pior aspeto, portanto eu creio que a Junta de Freguesia vai passar a ter pelo menos uma, ou duas vezes por semana, eu até faço a planificação, é sexta de manhã e segunda à tarde, e aquilo fica uma semana limpinho se atacarmos antes do fim de semana e depois do fim de semana.

Muito bem, médicos de família é uma declaração política não vou comentar ou se calhar até comento se me permitir. É só para dizer que, de facto, o Sr. Vereador Adilo anda e nós todos andamos nesta luta há uns anos e que dois médicos para o concelho já é uma boa noticia, espero que comecem em julho, espero que a comunicação e a propaganda não andem tão à frente da realidade, prometeram-nos em julho, mas quero dizer-lhe que se ficarem só no Pinhal Novo eu não fico satisfeito, porque acabámos de vir da semana de freguesia do Poceirão e aquilo que lá se passa é deveras preocupante, mas também já fizemos chegar as preocupações do Poceirão ao Sr. Diretor do ACES Arrábida (Agrupamento de Centros de Saúde Arrábida), e na próxima sexta-feira de manhã estaremos numa reunião, o Sr. Vereador vai representar-me, sobre o Plano Local de Saúde para atualizar os dados e atualizar as necessidades e, portanto, estamos sempre disponíveis pela positiva para construir soluções e defender os interesses da nossa população também nessa matéria.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

O Partido Socialista já esgotou o seu tempo, espero que seja uma questão mínima, está bem?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Bom, boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, caríssimos Colegas de Bancada e das outras Bancadas boa noite a todos, Técnicos da Câmara Municipal, Jornalistas, Público.

Eu trazia a questão da Palmela Desporto hoje para falar aqui um bocadinho, mas como o Carlos Oliveira abordou a questão pensei que fosse desnecessário a minha intervenção. No entanto, em face da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, fiquei aqui com mais algumas dúvidas. Eu não participei em nada, o Partido Socialista não participou em nada e, portanto, fiquei hoje a saber, por aquilo que o Carlos Oliveira aqui disse, que tinha havido mais uma manifestação, cordão humano que entendessem chamar aquilo que existiu.

Nós tínhamos única e exclusivamente, enfim, uma notícia de jornal e tínhamos um conhecimento de quem tem filhos na piscina há muitos anos, e de quem frequentou a piscina há muitos anos, e de quem conhece todo o processo da Palmela Desporto há muitos anos, e das dificuldades que sempre existiram do relacionamento, da necessidade, de as pessoas que estão a prestar serviços deixarem de estar a prestar serviços e passarem a ser funcionários com toda a linha e, portanto, isto foi um processo que durante muitos anos foi sempre trabalhado nas diferentes Administrações.

Chegámos aqui a um ponto em que das suas palavras, eu só não consegui perceber se há demissões, efetivamente, ou já houve demissões do Diretor da Piscina? Houve demissões de colaboradores que se entendem como sendo represálias? É isto que a mim, enfim, me confrange de alguma maneira saber, porque o Sr. Presidente não fugiu desta abordagem e é a sócia única que é a Câmara Municipal, que como o Sr. Presidente muito bem disse, e vou citá-lo, *"…deu orientações estratégicas para a empresa…"* e, portanto, ao dar as orientações estratégicas para a empresa ao Presidente do Conselho de Gestão e depois até disse ao sindicato, porque terá reunido com o sindicato também…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"E com os trabalhadores."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"…e está agora preocupado, essa, não apontei ou o senhor não disse, ou eu não registei, e, portanto, estamos agora preocupados com se os sindicatos estão a fazer bem ou estão a fazer mal, eu não é isso que me preocupa claramente se o sindicato está a fazer bem ou está a fazer mal. Se o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local), está a fazer bem enfim fará na defesa dos trabalhadores em face daquilo que existe, se está a fazer mal eventualmente terá alguma informação que não é completamente correta. Agora, a mim, aquilo que me trás e aquilo que eu trazia genericamente e que não foi respondido é, houve demissões ou não houve demissões? Em termos do acordo de empresa o que é que está previsto? Que orientações, deu o senhor efetivamente? Deu orientação do bom senso e do consenso que deve existir, sim, e isso vale o quê em face de todas as manifestações que aqui existiram?

Portanto perceber até que ponto o sócio único da Palmela Desporto tem uma intervenção ativa no debelar de uma situação, enfim, que era uma coisa que embora sempre de anos e anos se falou destas dificuldades com os Conselhos de Administração, nunca as coisas efetivamente chegaram a um ponto como estão hoje aqui, portanto, era esta nota que gostava que tentasse esclarecer, agradecendo à Sra. Presidente o facto de me ter dado a palavra.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza.

Eu penso que fui claro relativamente à negociação do AE (Acordo de Empresa), a orientação do Município é que deviam ser retomadas negociações. Não vou entrar aqui em pormenores Sr. Membro da Assembleia, porque de parte a parte houve desencontros, sobretudo até do ponto de vista do calendário negocial, percebe? E há trocas de e-mails, de gente sim senhor é tal dia e depois o outro a dizer não mas tem que trazer o acordo até tal dia, mas esses desencontros foram ultrapassados e acho que nenhum Presidente de Câmara se deve imiscuir nesta matéria porque, de facto, é para isso que tem um Conselho de Gestão e que está habilitado a fazer essa discussão.

Por outro lado também lhe posso dizer que durante estes anos todos, só este ano é que os trabalhadores voltaram a falar do AE (Acordo de Empresa). Eu estou na Câmara desde o final de dois mil e nove e nunca tinha ouvido esta questão ser suscitada. Não Sr. Membro da Assembleia, o senhor esteve cá como eu e sabe que esta questão nunca foi suscitada, foi suscitada agora, ainda por cima num período de transição em que o Sr. Vereador Adilo deixou de ter o pelouro, passou para o Sr. Vereador Luis Miguel Calha e logo no início de maio, quando finalmente nos chegou um documento "Proposta de Desenho Estratégico Estrutura

Orgânica e Quadro de Pessoal", nós dissemos claramente quanto à visão, missão etc., dá-me licença?, cada um escreve como quer, não temos nada a assinalar. As questões de Desenho Estratégico inserem-se no âmbito das competências gestionárias da empresa e não carecem de aprovação de representante do município. Estrutura Orgânica, chamámos a atenção que coisas que mexam em Quadro de Pessoal, que não é que é Mapa de Pessoal, e, enfim, repare como as pessoas às vezes também não dominam, até sindicatos às vezes não dominam bem aquilo que se diz quer-se dizer uma coisa mas diz-se de outra forma mas as pessoas entendem-se, dissemos claramente que havia propostas naquele Desenho Orgânico e dissemos assim: "*este assunto consideramos adequado a tal, tal e tal, assuntos que se articulem com a intenção de fusão e extinção de carreira, dever-se-á analisar se tal não determinará uma ampliação excessiva do respetivo descritivo funcional*", porque outras questões que vieram hoje a lume, pelo menos no comunicado, é que as pessoas de determinadas categorias passavam a fazer outras coisas, eu não acredito nisso acho que é uma questão de texto.

Mas objetivamente você colocou-me uma questão sobre orientações para negociação do AE (Acordo de Empresa), são claras desde o início de maio e portanto existe documentação, existem cartas escritas por mim e pelo Sr. Vereador Luis Miguel Calha a dar essa orientação.

Relativamente à extinção de postos de trabalho, ora bem não conheço extinção de postos de trabalho. Aquilo que nos foi presente foi o seguinte, dantes havia um modelo de gestão por equipamento, cada equipamento tinha um Diretor e passou a haver um Coordenador Técnico de Natação, na proposta do Conselho de Gestão. Pois eu já nem vou aqui aludir às questões da Lei, interessa é que há legitimação para se poder fazer a criação de um outro cargo acima sendo que outros, e há aqui qualquer coisa que não bate a bota com a perdigota. Não se percebe onde é que o STAL obteve a informação de extinção do posto de dois Coordenadores, quando nós temos um documento em que o Sr. Presidente do Conselho de Gestão diz que essa afirmação é falsa e que todos os Coordenadores Técnicos em funções foram convidados, em dezasseis de junho, a continuarem a desempenhar as mesmas funções na época desportiva dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete e todos aceitaram.

De resto houve propostas de mudança completamente legitimas, agora se os assuntos com os trabalhadores foram mal tratados, eu posso ter a minha opinião sobre a forma de atuação, sobre as questões das relações interpessoais, também terei a minha opinião, essa é uma matéria que tem que ser dirimida em sede própria e as pessoas têm que se entender. Nós, obviamente, não validamos qualquer reorganização e quando houver a Assembleia Geral para o efeito, que aliás já nos foi proposto que nos pronunciássemos, nós não nos pronunciaremos favoravelmente se houver alguma coisa que fira a legitimidade. De resto as carreiras estão definidas, na Palmela Desporto a designação não tem que ser igual à designação que está na Administração Pública, percebe, de resto a escolha das pessoas para coordenar o centro de atividades físicas, para coordenar toda a natação ou para coordenar outro equipamento qualquer é da responsabilidade do Presidente do Conselho de Gestão, ele é que sabe quais são as pessoas mais competentes e, portanto, até ver nós também aguardaremos que o sindicato faça prova daquilo que disse e assim como aguardaremos que o Sr. Presidente do Conselho de Gestão reúna com os sindicatos e resolva o que houver a resolver, portanto é esta a orientação da Câmara."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Mantém a confiança no Presidente do Conselho de Gestão?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mantenho a confiança no Presidente do Conselho de Gestão, enquanto não tiver provas em contrário de que está a fazer algo errado. Relativamente à sua forma de ser, e de estar, as pessoas têm também liberdade de atuação desde que isso não ponha em causa os objetivos e o funcionamento da empresa."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos prosseguir portanto vamos dar por terminada este Período Antes da Ordem do Dia.

São dez e meia, vamos entrar na nossa Ordem de Trabalhos, o primeiro ponto é a informação do Sr. Presidente da Câmara, relativa à atividade e eu pergunto ao Sr. Presidente se quer usar da palavra já de seguida?"

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza Sra. Presidente.

Procurarei resumir esta introdução, ao nosso documento da atividade municipal destes dois meses, pedindo contudo que ele seja na íntegra reproduzido na ata.

Neste período, registou-se um intenso trabalho, no âmbito da participação e cidadania, destaque para as reuniões do OP, em todas as freguesias, propostas e debate de prioridades de investimentos e ainda três sessões do OP destinadas aos trabalhadores.

Ainda na participação, estes meses foram marcados pela realização de duas semanas descentralizadas de freguesia, uma dedicada a Quinta do Anjo e outra a Pinhal Novo, que permitiram um aprofundamento do contacto com os munícipes, empresas e instituições, suas necessidades e propostas e a avaliação mútua dos protocolos de delegação de competências e investimentos em curso da Câmara Municipal e das respetivas Juntas.

Quero aqui destacar que em maio, o projeto "Eu Participo" para crianças e jovens, mereceu uma Menção Especial do Observatório Internacional de Democracia Participativa na 10ª edição da Distinção Boas Práticas de Participação Cidadã, que decorreu em Matola, Moçambique.

Momento alto neste período foram também as comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, como é habitual em Palmela, trata-se de um mês inteiro com muita atividade, foi dinamizada essencialmente pela Associação Humanitária de Bombeiros de Pinhal Novo, mas coorganizadas com as restantes Associações. Para além de iniciativas dedicadas à prevenção e das demonstrações e exercícios, que permitiram testar capacidades e sensibilizar as populações para as questões da segurança e proteção civil, neste período recordo que onze bombeiras e bombeiros foram distinguidos com a Medalha de Comportamento Exemplar, pelos seus quinze e vinte anos de carreira.

Neste período, foi ainda apresentada a viatura itinerante da Academia de Proteção Civil, um projeto que foi, aliás, finalista dos Prémios Município do Ano Portugal 2016. Na ocasião, o representante do Governo que esteve, a convite do Município, na cerimónia levamo-lo a visitar os quartéis de Palmela e Pinhal Novo, onde foi reconhecida a urgência de realização de obras de reabilitação, e fizemos ainda uma visita às futuras instalações, ou melhor ao terreno para as futuras instalações do Centro Distrital Operacional de Setúbal (CDOS), em Aires, porque o município pretende que este centro não saia do nosso concelho e por isso pretende disponibilizar um terreno.

Ainda no âmbito da Proteção Civil, foi aprovado, no dia 20 de maio, o Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios para 2016.

Aproveitando, depois as férias da Pascoa, foram concretizadas dezenas de intervenções em mais de dez escolas do 1º ciclo e entraram em fase de projeto, ou concurso, intervenções de maior dimensão. Foram intervencionadas as escolas de Águas de Moura (zona de jogo), Batudes, António Santos Jorge, Cajados, Aires, Salgueiro Maia e Alberto Valente.

Ainda no setor da educação e infância, destaque para a 22ª edição do Fantasiarte. Duas mil e quinhentas crianças e jovens, mais de duzentos professores e educadores, mais de um milhar de pais, sessenta programas de expressão artística, nas suas variadas expressões.

Também nota para o terceiro e último curso deste ano do programa "Aprender a Nadar" que decorreu também neste período, e encerrou o curso deste ano letivo. Foram mais de cento e cinquenta crianças.

Em matéria de infraestruturas, para além das intervenções regulares, que decorrem da execução de prolongamentos domiciliários, no saneamento foi concluída a empreitada de ampliação da rede de esgotos na Carregueira, nos bairros consolidados. No âmbito do abastecimento de água, foram adjudicadas a ligação ao furo RA1 ao sistema de abastecimento a Palmela, um investimento de mais de cem mil euros, a ligação dos furos da Fonte da Vaca ao reservatório da Cascalheira, também adjudicado cerca de noventa mil euros, a ampliação e remodelação da rede de abastecimento de água na Estrada do Lau, para servir em melhores condições algumas indústrias.

O projeto de Regularização da Ribeira da Salgueirinha teve entretanto novos desenvolvimentos, no que diz respeito às garantias de constituição do direito de superfície ou à disponibilização, para o município, das parcelas dos particulares, necessárias à intervenção, são mais de quarenta e quatro, enfim tem sido uma negociação intensa mas felizmente está prestes a terminar, mas neste período, o facto mais relevante foi a emissão da declaração de impacte ambiental, que é uma peça fundamental para permitir o lançamento do concurso para obra. Neste momento estamos a pressionar a CCDR para que os seus técnicos tenham tempo para fazer a apreciação final, para podermos depois começar a pensar no concurso no segundo semestre do ano.

No que se refere à proteção do bem-estar animal, foram concluídas as obras de construção do Centro de Recolha Oficial de Animais do concelho de Palmela, que terá inauguração na próxima sexta-feira e espero que as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia já tenham recebido convite para o efeito. Depois com esta inauguração serão também reforçados os incentivos do município à adoção de animais.

No plano cultural, este período ficou marcado também por intensa atividade, destaco o 42º aniversário das comemorações do 25 de Abril, forte envolvimento de Juntas, do movimento associativo, escolas, artistas locais e uma programação que abrangeu todo o concelho e incluiu manifestações de várias expressões artísticas, foi de facto um balanço com um ano muito positivo.

Mas neste período, no domínio do património histórico-cultural, destacou-se também a organização, em parceria com o Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, do 14º Curso sobre Ordens Militares, que reuniu cento e doze participantes. É de facto uma iniciativa de enorme prestígio e tivemos a oportunidade de ter aqui participantes de todo o país e do estrangeiro e que esgotaram a capacidade da sala para se trabalhar com condições.

Uma nota para sublinhar a intensa atividade das nossas equipas dos serviços educativos, do património, das bibliotecas, do museu, que, neste período, foram responsáveis por um conjunto de iniciativas que exigiram um grande esforço e disponibilidade e que mereceram, muito justamente, uma grande participação e interação dos públicos, são números muito consideráveis.

Os equipamentos culturais, designadamente, o Cine Teatro S. João acolheram várias manifestações artísticas que não vamos aqui descriminar, mas percorreram áreas como concertos, teatro e dança, e todas elas contaram com o apoio do município.

No capítulo do desporto e tempos livres, durante este período houve sobretudo um forte investimento na remodelação e reparação de espaços de jogo e recreio - José Saramago, Monte Novo, em Pinhal Novo, e Terra do Pão, em Palmela - concluída a remodelação do Polidesportivo da Lagoinha. Um investimento nestes equipamentos ascendeu aos 20 mil euros, mas foi superior porque houve aqui trabalhos das juntas de freguesia.

Registamos, também com grande agrado, uma enorme atividade no âmbito dos programas de desenvolvimento desportivo, com destaque para a realização do Meeting de Orientação de Palmela, que contou com a participação de meio milhar de atletas, mas os vários programas, há várias iniciativas, umas do município, outras em parceria com entidades e com associações e foram de facto muitas centenas de praticantes de desportos ao ar livre no nosso território.

Um conjunto entretanto de importantes intervenções na área da rede viária foram concluídas - o prolongamento da Miguel Cândido, a pavimentação de caminho de Vila Amélia, incluída na empreitada "HUB 10 Plataforma Humanizada de Conexão Territorial", é apenas uma migalha naquilo que lá vamos fazer, mas já está concluído, uma empreitada de reabilitação de pavimentos em vias municipais que inclui os troços mais significativos, foram quinhentos e quarenta metros na estrada municipal 533, na zona de Lagameças e a pavimentação da rua da Palmeira – Marquesa II.

Por administração direta, são muitas as intervenções e nunca chegam, limpeza de vias, de bermas e valetas, circulação rodoviária e pedonal. Reparação de abrigos em vários pontos do concelho, estão de facto muito diferentes do que estavam há dois anos atrás, e foi iniciada também uma empreitada de sinalização horizontal que está em curso e estamos já a preparar uma outra para o segundo semestre.

Ainda no domínio da rede viária e acessibilidades, foi adjudicada a empreitada da Ligação Intermodal Pinhal Novo-Sul, o chamado parque de estacionamento a sul da estação da REFER que deverá ter início esta semana. Houve estrategicamente a decisão de só iniciar as obras após as Festas Populares de Pinhal Novo, dado que havia muita carência de estacionamento, neste momento aguardamos que a EDP passe à infraestruturação da zona por causa da iluminação pública e o empreiteiro assim que a EDP lá estiver começa também os seus trabalhos.

Na área da promoção de produtos locais, para além dos vários fins de semana gastronómicos, Festival do Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos em Fernando Pó, este ano apareceu-nos também outra iniciativa de dinamização, associada também à Sopa Caramela e não só, mas sobretudo de reviver tradições locais, o Mercado Caramelo, em Pinhal Novo, ou as próprias Festas de S. Gonçalo, que apesar do tempo ter prejudicado realizaram-se no fim de semana seguinte, foram de facto quase em simultâneo, quatro/cinco grandes eventos que deu aqui muito trabalho aos nossos serviços.

Nós, nas diversas áreas, da logística à comunicação, estivemos envolvidos neste período, nestas atividades todas, mas também no apoio à celebração do Dia da Unidade da GNR, que este ano decorreu no Castelo de Palmela, e recebemos, de facto, visitantes de vários pontos do distrito, mas também muitos de Palmela em particular, na repetição que foi feita no dia da criança.

Neste período, foi aprovada a candidatura ao PO SEUR/Portugal 2020, para financiamento da intervenção para evitar derrocadas nas Encostas do Castelo. Peço desculpa, mas está aqui uma inverdade porque não foi assinado o contrato programa para a execução da empreitada, foram feitos outros avanços, nomeadamente, temos projeto, temos estudos, temos tudo mas ainda não foi assinado.

A trinta e um de maio, o Município assinou, com a CCDR, os contratos referentes ao Plano de Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que permitirão financiar, em cinquenta por cento, investimentos de mais de sete milhões de euros no território de Palmela.

Também no último dia de maio, o destaque vai para assinatura do contrato-programa para a construção da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo, uma assinatura feita entre o Município e o Sr. Secretário de Estado, em representação do Ministério da Saúde.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma intervenção neste período?

Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora, relativamente aqui ao UB10 (Plataforma Humanizada de Conexão Territorial), Sr. Presidente, dizem aqui que foi feito a pavimentação de caminho em Vila Amélia. Este projeto é aquele onde está a tal rotunda? Mas está a ser feito parcialmente? Essa parte é que não percebi, já agora era só um esclarecimento.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista, José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito rapidamente Sra. Presidente, é para colocar duas questões ao Sr. Presidente, curtas.

Em relação ao projeto "Aprender a Nadar", que está na página vinte e três, eu gostaria de saber porque é que não há participação de crianças do Agrupamento de Escolas de Marateca /Poceirão?

E na cultura, na ação cultural, na página cinquenta e dois/cinquenta e três, não acha o Sr. Presidente que o Auditório Municipal do Pinhal Novo continua a passar a ideia de estar a ser desaproveitado? Se compararmos o Centro Cultural do Poceirão que tendo menos condições, poucos recursos e inserido no meio adverso à ação cultural, tem cinco vezes mais atividade e um maior número de presenças e, portanto, a ideia que dá é que no Auditório Municipal do Pinhal Novo há um certo desaproveitamento daquele magnífico espaço.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Análise à execução orçamental destes cinco meses, este é um relatório que tem como base unicamente dois meses, mesmo assim dá azo a setenta e muitas páginas, de qualquer forma tem toda uma informação muito detalhada às vezes até demasiado detalhada mas, enfim, são pormenores relativamente a algumas execuções.

Relativamente à execução orçamental gostava de tentar perceber que fenómeno é este, como diz a canção, relativamente ao imposto municipal de transição de imóveis, ou seja há aqui um crescimento grande do IMT. É uma coisa que aconteceu, é uma coisa que será sustentável no tempo no vosso entender, é algo que pode de alguma forma consubstanciar a redução dos outros impostos diretos, ou não, ou é um facto meramente casuístico e pontual?

Portanto há aqui uma evolução negativa da receita que se deve essencialmente a estes impostos indiretos, todos os impostos indiretos diminuem, com exceção efetivamente deste IMT, e relativamente à despesa ela cresce, enfim, não chega sequer a um por cento não é significativo. Como eu costumo dizer o Orçamento feito da forma como é, tem aqui uma, digamos, monotorização que não sendo fácil é uma monotorização algo objetiva em função daquilo que são os seus reais objetivos.

Depois, uma preocupação a questão dos acidentes em trabalho. São três por cento dos funcionários que têm acidentes em trabalho em cinco meses. Não tive tempo sequer para ir procurar outros rácios, mas parece-me preocupante que três por cento dos funcionários da Câmara tenham acidentes em trabalho em cinco meses, isto se continuarmos assim, se for diretamente proporcional, é uma coisa efetivamente exponencial.

Depois do relatório aqui apresentado, duas notas só. A primeira é que não houve férias escolares no período de um de abril a trinta e um de maio e, portanto, o parágrafo que abre a página três de cinco está desenquadrado porque já foi dito no outro Relatório que referi, exatamente o mês de abril, relativamente ao mês de março, foi até ao dia trinta e um de março, ou seja férias escolares no período de um de abril a trinta e um de maio só houve um dia que foi exatamente o dia um de abril, portanto já estava comentado do outro lado, da mesma maneira que o CROA (Centro de Recolha Oficial de Animais) vai com certeza aparecer no próximo relatório relativo ao período de um de junho a trinta e um de setembro.

Eu sei da dificuldade que é, mas se o relatório é circunscrito, eu sei é que escreve mais sabe e depois isto fica mais extenso que se repete muito e nós depois temos que ir ver se já foi dito no relatório anterior, é muito trabalho e, portanto, são só estas duas notas que gostava de deixar nesta fase.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão, Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Queria só dar duas notas muito breves e que se revestem também de algumas questões.

A primeira relacionada com as intervenções nos espaços de jogos e recreio, aqui vem referido que foi intervencionado um espaço de jogo e recreio perto da Rua José Saramago, eu perguntaria quais é que foram as intervenções em concreto que foram feitas se souber dizer, se não souber ficará para depois essa questão, e queria aqui também congratular o executivo pela aposta na requalificação dos espaços de jogos e recreio, dizer aqui também ao Sr. Presidente da Câmara que esta é uma aposta que deve de continuar e que o Partido Socialista entende que deve ser uma aposta séria da autarquia, não são só estes espaços que precisam de reabilitação, ainda muitos, muitos outros precisam, o Sr. Presidente da Câmara saberá certamente até melhor do que eu que isto é uma realidade, mas ainda assim é um pequeno passo e nós congratulamo-nos com este pequeno passo, entendemos que este caminho deverá ter continuidade.

Noutro aspeto não posso deixar de manifestar a minha satisfação com a adjudicação da empreitada para a realização do estacionamento do Pinhal Novo sul, na zona da estação. É uma obra que eu já por várias vezes tenho dado nota da sua necessidade aqui nesta Assembleia, não só para estacionamento mas porque sobretudo a estação do Pinhal Novo é neste momento o polo de ligação entre os dois lados, existe uma outra passagem perto da PLURICOOP que está completamente degradada e ninguém utiliza esse viaduto para circular, e que neste momento é a estação, não só para as crianças que no acesso do lado sul para a Secundária, ou do lado norte para a Preparatória, mas também de toda a população que pretende deslocar-se de um lado para o outro, merece este espaço, merece uma requalificação, é uma porta de ligação e é importante que haja dignidade neste espaço no Pinhal Novo.

Eu já tinha tido conhecimento desta adjudicação, e por via da entidade que garantiu a empreitada, mas também ainda não obtive informação sobre a data prevista para o início da intervenção e se o Sr. Presidente a souber gostaria que ma dissesse.

Muito obrigado, é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão?

Vou dar a palavra ao Sr. Presidente para responder, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Procurando responder telegraficamente, nós colocámos a pavimentação desse caminho dentro da mesma designação do objetivo porque, de facto, é um caminho também intermunicipal é partilhado com Setúbal, a despesa é partilhada com Setúbal, e como é sabido o HUB10 é um projeto intermunicipal que tem Sesimbra, que tem Barreiro, aliás até tem Seixal, mas na nossa zona de influência visa beneficiar as acessibilidades existentes, a criação da rotunda, repavimentações, corredores em segurança para peões e bicicletas, ligação aos interfaces, às estações, e tem um faseamento. Penso que foi uma estratégia inteligente ao colocarmos, porque está na mesma zona de influência, esta pequena intervenção e conseguiremos certamente ir buscar cinquenta por cento do investimento. A questão é esta o nome é muito pomposo, e ainda por cima aquele arruamento não tem topónimo à semelhança de outros em Vila Amélia por outras questões jurídicas que andamos a procurar esclarecer, mas era o único que faltava e que dava acesso ali a quatro empresas e valeu a pena.

Sr. José Manuel Silvério, "Aprender a Nadar" não houve participantes neste curso mas houve no primeiro curso que decorreu entre outubro e dezembro, ou no primeiro ou no segundo. Eu tenho memória de ter ido até com a Simone Fragoso a uma das festas de encerramento e encontrei professores do Agrupamento de Escolas José Saramago, portanto a programação por um lado tem a ver com a disponibilidade e o interesse das escolas, das turmas e dos professores em aderirem, não obrigamos toda a gente a ir, mas garanto-lhe que foram não lhe consigo é confirmar se foi no primeiro ou no segundo curso, portanto, isto é distribuído, este é o terceiro curso nós fazemos três cursos por ano.

Sobre o Auditório Municipal de Pinhal Novo, o Auditório Municipal de Pinhal Novo para além das utilizações de espetáculos, de eventos e pode confirmar que, se calhar, noventa por cento é a produção externa é o nosso Movimento Associativo que lá se propõe realizar atividades, obviamente a responsabilidade da maior ou da menor adesão tem que ver com essa oferta. Se a Orquestra Nova de Guitarras quer fazer um concerto de guitarras, que eu recomendo que vejam, com um dos maiores guitarristas e um saxofonista e se aquilo só tem dez pessoas, eu tenho muita pena que mais gente não vá, mas eu por acaso fui. Mas gostaria também de chamar a atenção de V.Exa. para o facto do Auditório servir muitos dos dias para preparação, para ensaios, e isto por acaso não está aqui contabilizado. É que o Auditório funciona outros dias por semana, não funciona com espetáculos mas funciona com a preparação dos espetáculos, há grupos que vão para lá ensaiar, sejam eles de teatro, sejam *talk shows*, sejam guitarras, e, portanto, nós um dia podemos também trazer esses dados para perceber-se que ele não está subaproveitado.

Teve, de facto, também um período de inatividade, mas de maior cuidado e até refreamos alguma atividade lá dentro por causa do período das chuvas, e em maio choveu bastante, por causa das patologias do telhado que felizmente, olhe uma coisa que não está aqui no Relatório como não está outras repare que o Mercado Caramelo não está aqui, enfim isto, está?, eu por acaso não reparei. Mas estou a lembrar-me que não está por exemplo aqui a empreitada de requalificação do Auditório da Biblioteca Municipal, cuja placa está lá afixada e que já começou, aliás começou antes das festas do Pinhal Novo e, portanto, uma das patologias no Auditório impediu durante vários dias e fins de semana e tivemos de recusar a utilização do espaço por causa das condições sobretudo de salubridade, porque estarmos ali com água e com baldes a assistir a um espetáculo, enfim já participei em muitas peças de teatro em que os baldes eram um adereço interessante, mas ali não seria propriamente dito. Eu acredito que depois das obras, nós temos muita solicitação e vamos continuar a ter atividade.

Já agora aproveito para dizer, olhe no sábado passado houve cinema para crianças, é o último estamos já em pleno verão, mas tinham seis pessoas na sala com cinema a dois euros e trinta e dois o pessoal prefere ir para o Fórum Montijo e para outros sítios e come umas pipocas e vê as montras e vai ao cinema, tudo bem, ok, mas estou convicto que o nosso Movimento Associativo vai utilizar muito o Auditório a partir do momento das reparações e das novas condições que lá vão ser criadas.

Sr. José Carlos Sousa, de facto o senhor começou por aquilo que acha, enfim, não sei se você fica satisfeito ou não, eu fico satisfeito, não às vezes parece que quando temos receita, quando temos muito IMI o senhor "*ah e tal, lá está, vocês estão a receber muita receita*", olhe, você não disse por exemplo que só de IMI recebemos menos setecentos e seis mil euros, podia ter recordado esse número que está aqui no relatório.

O IMT, de facto, é um epifenómeno como o Dr. Paulo Pacheco gosta de referir, amiúde há umas levas de transferências de propriedade, não sei se tem que ver aí com a renovação ou revitalização dos vistos gold, ou de outra coisa, mas não conseguimos estimar é uma receita que é impossível de estimar, nós temos a estimativa que fizemos com base na média dos vinte e quatro meses e, portanto, em março houve aqui novecentos mil euros. Com certeza a resposta também não. Estou preocupado com as vendas de bens e serviços correntes, menos cento e cinquenta e um mil euros, há mais gente a poupar água, há mais gente a encolher-se, etc., enfim, o que eu quero dizer Sr. Membro da Assembleia parece-nos extemporâneo para fazer inferências porque estes comportamentos destas receitas não são lineares, portanto, lá mais para diante procuraremos ver o comportamento. Para já estamos abaixo do previsto, mas estamos em equilíbrio.

Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina, não lhe consigo dizer em concreto o que aconteceu no espaço de jogo e recreio José Saramago, penso que está frente das instalações da DEIS, mas posso errar, mas tenho assim uma vaga ideia que poderá ter sido a substituição do escorrega e a vedação. Não sei se os Srs. Membros da Assembleia reparam há aí vários espaços de jogo e recreio cujas vedações têm sido substituídas por um material de PVC rígido, olhe S. Gonçalo já havia sido há algum tempo, mas há outros que têm sido substituídos, aquilo parece que é madeira, parece que está na mesma, parece que a madeira foi reparada, mas não, foi tudo novo, nós estamos a apostar nesse material porque estimamos que tenha menos custos depois de conservação e de manutenção, terá sido isso.

Quanto ao futuro, nós temos um programa de execução para as reparações e substituições de equipamento e de pisos de polidesportivos e garanto-lhe que aquilo que temos programado tem como primeiro objetivo intervir onde possa haver problemas de segurança. Isso garanto-lhe, porque nós felizmente por um lado, infelizmente por outro, porque eles gostam tanto de Palmela até para estudo de caso, isto é giro porque eles dizem: "*ah! a gente não vem cá para chatear-vos, a gente vem cá porque é um estudo de caso para depois explicar a outros municípios como é que fazemos*". Os nossos espaços são vistoriados pela ASAE, nós pelo nosso turno vistoriamos também os parques das Juntas, e das IPSS, etc., e temos uma preocupação extrema de intervir onde houver problemas de segurança, sabendo que há outros que se calhar estavam já a precisar de um brinquedo novo ou de uma pintura nova, não é, mas enquanto não se colocarem questões de segurança vamos intervir primeiramente nesses, mas garanto-lhe que o trabalho vai continuar.

Sobre o Projeto Intermodal, eu creio que terei dito que tínhamos definido o início da empreitada após as festas do Pinhal Novo e que houve agora uma dilação por dificuldade da EDP em conseguir a autorização, porque a intervenção bate ali num espaço da REFER, que é um espaço de proteção da REFER, mas já obtiveram autorização. Mesmo hoje a nossa Diretora me fez esse ponto de situação, falou com o Eng.º Valente e que eles estão à espera de material e que entrarão em obra em breve. O nosso empreiteiro está à espera, porque sem aquela infraestruturação não vai poder fazê-lo, e ir para lá para não estar a fazer nada, pôr umas baias, uns sinais e impedir a malta de estacionar, ah isso, até convém que a obra quando começar seja mesmo a sério como eu costumo dizer, porque depois aquilo vai causar incómodo naturalmente, mas penso que esta é a melhor altura para começar a obra, considerando até as férias das pessoas, o verão, etc., e espero que corra tudo bem, mas na próxima semana teremos lá mexidas certamente.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Vamos então passar ao ponto número dois, Contas Consolidadas, por favor."

PONTO DOIS – Contas Consolidadas 2015

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

A proposta é clara, por um lado recordar que trata-se de elaborar as contas consolidadas que passou a ser uma obrigação, de acordo com os procedimentos contabilísticos definidos no POCAL, e esta consolidação tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, que neste caso é constituído pelas contas do Município e pelas contas da Palmela Desporto.

Reservo-me para os esclarecimentos e as respostas que os Srs. Membros da Assembleia entendam."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista, Ilda Fino, por favor."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Relativamente ao documento da Consolidação de Contas, desde já apresentar em termos gerais os elementos, quanto à questão da liquidez geral temos um ativo circulante de onze vírgula nove milhões de euros, correspondente a cerca de oito vírgula nove por cento. Por outro lado temos um passivo de trinta e um vírgula oito milhões de euros. Verifica-se aqui que, em termos de equilíbrio financeiro, existe um equilíbrio financeiro mínimo no que respeita e que mostra alguma dificuldade quanto a um esforço financeiro da entidade em cumprir alguns pagamentos, designadamente débitos a curto prazo, isso em termos daquilo que se verifica.

Quanto à questão do endividamento, o passivo de trinta e um vírgula oito milhões corresponde a vinte e três por cento e um ativo líquido de cento e trinta e quatro milhões de euros. Entendemos que deveria de ter uma rácio ligeiramente superior pelo menos em cerca dez por cento, pelo menos superior a trinta e três por cento, para considerarmos existir uma certa autonomia financeira e isto leva a que, ou traduz, que existe algum peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da Autarquia.

Quanto à questão da demonstração de resultados de dois mil e quinze, temos um total de custos cerca de quarenta e quatro milhões de euros, portanto quanto a este aspeto está devidamente explicitado e temos aqui um documento com um elevado rigor e qualidade técnica, que evidencia esse facto, no entanto quanto ao total de proveitos, quarenta e dois vírgula seis milhões, portanto, temos um resultado líquido negativo em um, vírgula quatro milhões de euros, embora haja um aumento de cerca de um por cento em termos de proveitos o que também não é significativo em termos de resultado líquido o valor embora negativo.

De salientar que o Partido Socialista volta mais uma vez a fazer referência às reservas que são mencionadas no relatório, neste caso do Revisor Oficial de Contas, quanto aos pontos sete ponto um, que está explicitado no relatório, o facto de existirem operações não refletivas nas contas, o que constitui uma limitação também relativamente ao trabalho que é desenvolvido, que é referido pelo Revisor, o ponto sete ponto quatro que refere a questão do Município ter deliberado adquirir o património da ADREPAL, em dezasseis de fevereiro de dois mil e onze e ter sido celebrado um contrato de promessa de compra e venda, como foi aqui já dito em sessões anteriores, em trinta do seis de dois mil e onze pelo preço global de um vírgula dois milhões de euros e isso deveria, segundo o relatório do Revisor Oficial de Contas, estar refletido no registo da rubrica de imobilizações em curso, conforme a nota explicativa do POCAL sobre esse aspeto, embora isso não afete os balanços de resultados, nós sabemos isso que isso não tem qualquer reflexão em termos de impacto, e como o Sr. Presidente já teve o cuidado de explicar é uma posição da Autarquia, aquilo que o Partido Socialista entende é que esta matéria devia de ter tido, esta situação do relatório do ROC já por diversas vezes em situações anteriores tem sido considerada e atendendo à legislação em vigor, designadamente o artigo setenta e sete e o setenta e seis número três, deveria também, compete ao auditor externo verificar as contas e conformidade legal, e acho que o Município devia atender a estas questões que são apontadas designadamente, por último, a questão dos processos judiciais que, embora o Município tenha tido uma sentença favorável, houve recursos em cerca do valor de dois vírgula quatro milhões e que deveriam, segundo o relatório do ROC mais uma vez, constar das provisões, despesas e encargos, o que esta situação

traduz um resultado líquido subavaliado nesse sector e nesse montante. Por outro lado existem, também, processos judiciais, de acordo com a informação que é prestada, em que o Município é réu e para os quais não foi também constituída qualquer provisão e portanto essa situação também é refletida.

Por último salientar que os Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista irão abster-se, por não se reverem nas práticas, também, em termos de gestão e política e financeira tomada em dois mil e quinze, já em anteriores situações referimos isso que faríamos diferente, teríamos uma atuação diferente em termos de políticas de modo a garantir eficiência e eficácia na qualidade do serviço prestado aos cidadãos e aos munícipes e de forma a prosseguir com interesse público sobre estas matérias.

Por outro lado, não me quero estar aqui a alongar mais, apenas concluir de que não se verifica uma estratégia em termos de atuação política quanto à questão do futuro e do futuro sustentável quanto a estas entidades participadas e que essa situação deveria ser tomada em articulação e consideração por parte do Município de forma mais ativa.

É só e disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros, tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, vamos aqui repetir um pouco o que já dissemos aquando do nosso voto contra em termos do Orçamento e das Contas, efetivamente estas também não são as nossas contas, temos alguma diferença de opinião em relação ao executivo, respeitamos a vossa posição sobretudo no que ao ROC diz respeito. São maneiras de interpretar, os senhores têm uma interpretação diferente, no entanto ele chama aqui a atenção para a falta de alguns circuitos internos operantes anteriores à elaboração e aprovação do Balanço Inicial e que poderão ter existido operações não refletidas nas contas. Aí nesse aspeto eu penso que a Câmara poderá com certeza melhorar esses tais circuitos internos, já que é chamada atenção pelo ROC, pelo menos é isto que está escrito no sete ponto um. No sete ponto dois, adiantamentos a fornecedores, embora não afetando o Balanço nem os resultados, estão registados em adiantamentos e fornecedores um milhão e duzentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta quando deviam estar registados em imobilizações em curso, são opiniões.

Já conhecem também a nossa opinião sobre as provisões que deveriam ter efetuado quanto às ações judiciais em curso, o Sr. Presidente já nos disse aqui também aquando da prestação de contas que houve um processo judicial que foi positivo para a autarquia embora tendo havido recurso, portanto, há aqui uns quatro processos que totalizam dois milhões, trezentos e noventa e nove mil oitocentos e sessenta e oito euros, e estão constituídas provisões de trezentos e noventa e oito mil duzentos e trinta e oito, o Sr. Presidente já explicou, não vou pedir novamente a explicação mas isto é a justificação para o nosso sentido de voto.

No que diz respeito à ADREPAL e aí tivemos uma posição muito concreta quando dissemos, e advertimos, à data que considerávamos com interesse público e os adiantamentos desses dinheiros ao haver mais cinco anos de extensão para a concretização da escritura e ao ter havido os reforços de sinal não sabemos e foi pedida à data um relatório sobre o que é que se estava a passar na ADREPAL, o Sr. Presidente na altura disse que, salvo erro, passado seis meses iriam fazer o ponto da situação uma vez que a Câmara, não sei se há algum desenvolvimento mais positivo uma vez que havia uma hipoteca e por isso não poderiam fazer a escritura e, portanto, nesse aspeto mantemos a nossa posição e votaremos contra."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Em relação a este ponto dizer que não tendo encontrado irregularidades nas contas, e isso também cairia o "Carmo e a Trindade" se isso acontecesse uma vez que constitui uma ilegalidade. São as contas de um executivo CDU, não são as nossas, portanto está vertida aqui a estratégia de custos e benefícios da gestão da Câmara, e não querendo ser uma pedra na engrenagem nós não iremos aprovar, o nosso sentido de voto será a abstenção.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Sr. Presidente quer?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma primeira nota para enquadrar, as Contas Consolidadas são um documento evidentemente técnico, nós já aprovámos a Conta de Gerência, teve o sentido de voto que teve da parte de cada uma das Bancadas, a Palmela Desporto viu também o seu Orçamento aprovado e, portanto, também e na prática é a síntese, é a junção dos indicadores e dos números para um único grupo municipal.

Agora, de facto, tratando-se de um documento técnico precisa de uma abordagem um pouco mais estudiosa na matéria, porque quando se fala aqui em passivos, ativos, ativos líquidos, etc., é preciso perceber do que é que estamos a falar ou então não lemos só a parte do documento que nos interessa, "*então eu vou ler só a parte que me interessa*", exatamente, os senhores leram a parte que vos interessa eu leio a parte que me interessa. Mas o que era importante, se calhar e os senhores não tiveram coragem política para o fazer, é ver onde é que há evolução nas contas da Autarquia.

Portanto, o ativo liquido total de cento e trinta e quatro vírgula dois milhões de euros, dos quais cento e vinte e um vírgula seis milhões correspondem a ativos imobilizados, noventa vírgula seis por cento do total do Balanço. Onde é que isto é de forma diferente nas outras autarquias? São capazes de me explicar?

Outra questão, fundos próprios e passivo. Que perigo é este de ter um passivo de vinte e três vírgula sete por cento e fundos próprios de setenta e seis vírgula três por cento?

Terceira questão, há três anos de resultados positivos na Palmela Desporto, não é, e eu gostava que os senhores analisassem isso. Então reduzimos os empréstimos, onde é que não existe o capital alheio? De facto todos os municípios, neste momento, por via dos Fundos Comunitários vão passar a ter execuções extraordinárias nas despesas de Capital, onde é que isto não é assim? Se calhar era bom repensarem um bocadinho nalguns municípios candidatos ao FAM - Fundo de Apoio Municipal, que são governados pelas vossas maiorias.

O total ativo líquido do grupo Municipal, os custos do grupo Municipal atingiu quarenta e quatro milhões de euros até aqui tudo bem, mas eu queria chegar aqui ao mapa da página vinte e sete para se perceber que de dois mil e catorze para dois mil e quinze houve melhorias nos saldos consolidados, o resultado líquido do exercício foi menos um quatrocentos e um mil euros, enquanto no passado estava em dois milhões quatrocentos e doze, portanto há ou não há evolução?

Depois, sobre as questões do ROC, já tivemos oportunidade mais do que uma vez de esclarecer o assunto. Trata-se de uma visão e de uma opção técnica, nós estamos confortados legalmente na nossa tese. Por um lado quanto às provisões, não percebi a Sra. Membro da Assembleia procurou seguir um raciocínio mas depois, se calhar, não leu a parte certa disse o contrário porque na última página diz: "*em relação aos processos judiciais que têm o município como réu e para os quais não existe qualquer sentença judicial, o município constituiu provisões para riscos e encargos de valor idêntico à soma dos valores reclamados, que*

totalizam em dois mil e quinze trezentos e noventa e oito, duzentos e trinta e oito". Nos outros aquilo a que temos assistido, não obstante recursos, é que o Tribunal tem vindo a dar razão ao Município e, portanto, se nós percebermos que há alguma inversão nesse sentido faremos as correções que tivermos que fazer, mas acho que este ano ao prevermos que há aqui perigo nalgumas matérias, fizemos provisões pela primeira vez.

Depois outra referência que também me parece despropositada e assim um bocadinho, para tentar criar aqui um ambiente e tal, há documentos, não há procedimentos contabilísticos. Sra. Membro da Assembleia, sabe em que ano é que começou o POCAL? É que isto diz aqui, claramente, lá está a gente tem que ler a frase toda "*anteriores à elaboração e aprovação do Balanço Inicial*". O Balanço Inicial antes do POCAL isto era outro mundo e eu espero que venha a haver um novo sistema contabilístico, que aliás há muita gente que é muito proficiente em legislar, mas depois para além de legislarem mal regulamentam tarde e a más horas, está toda a gente à espera será que vão lançar isso na véspera das eleições? Eu espero que não! Deixem acabar o mandato assim porque senão vai ser a confusão total, mas eu espero que esse novo regime permita maior clarificação para deixarmos de ter aqui aquelas interpelações que às vezes temos "*eh, pá consultoria, não sei quê e tal*" e é bom a gente ler o POCAL porque lá diz como as coisas estão feitas.

Relativamente à ADREPAL volto a dizer, na data em que celebrarmos a escritura, e está previsto para dois mil e dezoito foi isso que esta Assembleia aprovou, isto voltará à classificação que deverá ter nessa altura, até lá não entendemos da mesma forma que o ROC. Aliás o documento vai para Tribunal de Contas, vai para aqui, vai para acolá, nunca ninguém nos chamou a atenção sobre alguma incorreção neste procedimento e, portanto, o ROC tem direito à sua opinião, ainda bem que o ROC foi até escolhido por nós, é independente e diz aquilo que pensa, ainda bem.

Dito isto, Sra. Presidente penso que não há mais nada a acrescentar, estou disponível se houver mais questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, vamos votar este ponto número dois."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor da CDU, dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e oito abstenções (sete do PS e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO TRÊS – Fundação COI - Desafetação de Domínio Público; Alteração à licença de loteamento n.º 37; Cedência de direito de superfície

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, proposta número três, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, eu vou tentar abreviar mas peço que naturalmente que seja vertido para a ata o texto integral da proposta.

Trata-se da desafetação de domínio público e da alteração à licença de loteamento e de cedência de direito de superfície, três em um numa única proposta, num alvará antigo de setenta e seis, foi cedido para o Município uma área total de vinte e seis mil cento e treze metros para a instalação de equipamentos gerais, dos quais três mil e seiscentos metros quadrados destinados à instalação de creche. Esta parcela foi

integrada no domínio privado municipal, e desde mil novecentos e oitenta e sete ali estão implantadas a creche e o jardim-de-infância da Fundação COI.

Por um lado é uma situação que importa regularizar, a Fundação COI tem crescido, tem aumentado as suas respostas sociais de qualidade, é uma instituição reconhecida e respeitada neste setor e abstenho-me de reproduzir todos os fundamentos que levam à importância desta cedência e vou à parte mais técnica. Para o desenvolvimento da sua atividade a Fundação, para além de querer ver este assunto regularizado, precisou de mais uns quantos metros que estão ali paredes meias na avenida Zeca Afonso e na rua Avelina Pires Leitão e precisa de mais uma área de cento e vinte e seis metros e oitenta e cinco centímetros. Esta área está em domínio público não está em domínio privado municipal e, portanto, aquilo que aqui trazemos é, por um lado, a aprovação da desafetação desta área do domínio público para passar para o domínio privado do município, para depois podermos passar do domínio privado do município em direito de superfície para a Fundação COI, quer a cedência inicial quer este acréscimo de cento e vinte e seis metros quadrados, mais coisa menos coisa, o que significa que a cedência passará a ter uma área total de três mil setecentos e vinte e seis metros e oitenta e cinco.

Entretanto aproveitamos a proposta para sanar no alvará alguns erros materiais, dito gráficos, na planta síntese quer na delimitação da parcela quer na reposição de uma ligação viária consolidada entre a rua Avelina Pires Leitão e Sebastião da Gama, porque no alvará de loteamento aquela rua de acesso à Fundação COI não estava previsto daquela forma, mas entretanto permitiu-se a construção das instalações da Fundação e importa agora também regularizar isto.

Isto implicou também a reafectação de lugares de estacionamento, mas a sua reposição dentro da mesma área do alvará, na mesma zona, vão ser criados mais alguns lugares de estacionamento e, portanto, isto está de acordo como mandam as regras do RUEMP - Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela e sobretudo do RJUE – Novo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Então, em síntese, a proposta é que a Assembleia aprove a desafetação do domínio público desta parcela de cento e vinte seis metros, para domínio privado da Câmara, depois estando isso aprovado que simultaneamente, aprovemos a alteração ao alvará, cuja planta síntese vos foi distribuída e que é anexa à presente proposta, e depois da desafetação e com os registos prediais que autorizemos a Câmara a celebrar a título gratuito com a Fundação COI um contrato de constituição de direito de superfície sobre esta parcela, destinada a equipamento, por um período de cinquenta anos renovável por iguais períodos.

E depois estão aqui as condições que se impõem, que a parcela tem que ser estritamente destinada a atividades sociais compatíveis com o uso de equipamentos de utilização coletiva, que deve ser mantido em bom estado, enfim, e há ainda aqui contrapartidas nomeadamente o superficiário reserva uma vaga para cada uma das diferentes valências sediadas, ou sediar, na parcela objeto de contrato de modo a assegurar a devida integração de casos sociais encaminhados pela autarquia. Aliás esta é uma prática que temos com várias instituições e em particular com a Fundação COI, algumas questões sociais muito graves são sinalizadas pelo município e a instituição acolhe nas várias valências, seja Creche, seja ATL, seja Lar e tudo isto foi articulado com a instituição, como só podia ser, isto é um acordo entre as partes.

Sra. Presidente, procurei sistematizar a proposta que é extensa e complexa, de grosso modo é isto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões por favor?

Tem a palavra Bruno Grazina, Partido Socialista."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sras. e Srs. a Fundação COI acaba por dispensar um bocadinho apresentações, mas é uma instituição que faz também apoio a crianças e jovens carenciados, com inúmeros exemplos de casos de sucesso. Eu,

pessoalmente, conheço alguns desses bons exemplos, tenho essa felicidade, faz também o apoio à integração social nas mais diversas faixas etárias, dando ajudas que vêm colmatar muitas vezes as falhas do sector estadual na área social e quando digo área social falo desta função social a sério, não é estacionamentos que é social o Pinhal Novo também precisa muitos estacionamentos mas isso não é área social.

Esta é uma instituição que já opera há trinta e cinco anos no concelho, com um trabalho notável que é reconhecido por todos e faz todo o sentido esta cedência de direito de superfície, está plenamente de acordo com o Regime Jurídico das Edificações Urbanas e é uma medida que só pode acolher o apoio unanime da Bancada do Partido Socialista e aproveito desta forma concluindo a minha intervenção dizendo que iremos votar favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais intervenções por favor?

Tem a palavra."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Entretanto eu só queria aqui referir que o contrato vai ser elaborado pelo município e vai contemplar estas alíneas que o Sr. Presidente referiu, nomeadamente um relatório de ocupação do imóvel para efeitos de monitorização do contrato.

Não temos nada a obstar, iremos votar favoravelmente, no entanto saliento que face à alteração do alvará de loteamento em próximas propostas muito gostaríamos de ver também a parte anterior para podermos fazer uma comparação e termos uma ideia, mas isto é uma sugestão, caso não seja aceite poderemos solicitar, mas iremos votar favoravelmente.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sr. Presidente da Câmara, posso estar a fazer uma questão, e posso não estar, posso dizer aqui uma barbaridade, mas quando refere aqui a transferência a título gratuito eu gostaria de saber, no que respeita ao pagamento do imposto municipal sobre imoveis, se existe um perdão de imposto, ou, não é bem perdão, é uma isenção de imposto, exatamente, ou se isso é outra coisa que não tem nada a ver com a passagem de utilização do domínio público ou deste terreno do imóvel para a Fundação COI.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão?

Então Sr. Presidente tem a palavra, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Bom, questões objetivas foi esta última e portanto dir-lhe-ei que se houver lugar a pagamento do IMT a instituição terá que pagar como pagam outros, ah! IMI? IMI tem que pagar, mas olhe que as Fundações têm uma série de isenções e não lhe sei dizer se esta tem.

Não paga pois não? Pronto já tem a resposta, não é por acaso que o pessoal se constituiu em Fundação, mas isso não vem agora aqui.

Não, não, a Fundação está isenta por ser Fundação, posso dizer-lhe que um Clube Desportivo paga, por exemplo, outra Associação mas isso é assim.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Uma vez que a isenção do pagamento do IMI não resulta deste contrato ou desta transferência de domínio público."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Certo.

Muito bem, então vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Alteração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Reposição de pavimentos em calçada e outros - Junta de Freguesia de Quinta do Anjo

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Uma alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Reposição de pavimento em calçada com a Junta de Quinta do Anjo. Como é sabido o próprio Contrato Interadministrativo em vigor prevê quando, na monitorização do trabalho realizado, as freguesias têm necessidade de continuar o trabalho e estão em vias de, ou neste caso, até já esgotaram a verba do ano para o efeito, podem mediante contratualização com o município vir a ver aumentada a área de pavimento onde lhes compete intervir e, portanto, aquilo que tínhamos aprovado em dois mil e quinze era que a Junta de Quinta do Anjo anualmente fazia em média seiscentos e dez metros quadrados de reparação de calçada.

Acontece que verificando-se que está a aumentar e com necessidade ainda de fazer muito, nós estimamos que sejam necessários mais duzentos metros para este ano, para dois mil e dezasseis, e daí que estejamos a propor um aumento da área de pavimento de seiscentos e dez para oitocentos e dez metros, mantendo-se o

valor unitário porque segundo o índice de preços esta tarefa tratando-se de reposição, conservação, mantem este valor e achamos que é de todo justo que as Juntas sejam ressarcidas em função do trabalho que efetivamente realizam.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra Ricardo Marques, Partido Socialista."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Boa noite, novamente.

Isto é sempre um tema consensual pelas bancadas, nomeadamente nas alterações destes Contratos Interadministrativos. É só reforçar que realmente na freguesia da Quinta do Anjo, é sempre necessário mais intervenção na reposição de pavimentos em calçada, e outros, nomeadamente a calçada, é sempre também na calçada, como já foi aqui referido, as verbas nunca chegam.

Contudo há que salientar que este reforço, até advém de várias reclamações que existem dos fregueses já desde o ano passado e até já deveria ter sido reforçado há algum tempo, e é uma forma de gestão política um bocadinho reativa da própria Junta solicitar este reforço, é o que nós já estamos habituados.

Tendo em conta esta situação e assente também naquilo que nós defendemos que é uma maior delegação de competências para os órgãos que intervêm junto das populações, no sentido do Partido Socialista o voto é favorável.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Alguma, questão mais? Alguma, intervenção mais?

Não havendo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca – Limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca atinente à limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas.

Resumindo, trata-se de um contrato novo nós verificamos que muitas vezes os nossos tratores de desmatação de bermas, até se calhar pelas longas distâncias que fazem, demoram a chegar às Faias, por exemplo, e faz todo o sentido aproveitando os meios que a Junta de Freguesia tem que possamos contratualizar com a Junta esta delegação de competências, que ainda é feito a título experimental porque o valor, admitimos, ainda é insipiente, mas a Junta disponibilizou-se para assumir a responsabilidade de desmatar as estradas municipais alcatroadas na área das duas freguesias por esta verba e fazemos ainda aqui um acerto relativo a setembro precisamente numa ocasião em que tivemos necessidade de recorrer aos serviços da Freguesia, não como uma prestação de serviços mas pedimos para a freguesia intervir porque tínhamos a máquina avariada.

Assim sendo, propõe-se que até final do ano, quanto ao futuro eu já sei que o Sr. Presidente em setembro/outubro há-de querer renegociar isto mas a vida é mesmo assim, que para já para este ano haja uma transferência de dez mil euros acrescidos deste acerto de mil duzentos e cinquenta e cinquenta e quatro euros, portanto um total de onze mil duzentos e cinquenta e quatro euros, para que a União de Freguesias possa assegurar estes trabalhos na área das Freguesias de Marateca/Poceirão.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em relação a esta proposta, e ainda bem que o Sr. Presidente disse que isto é um valor insipiente porque isso muda de certa forma alguma coisa na minha intervenção, porque esta proposta Sr. Presidente é um contrato com um objeto, com um fim justificável por um meio absurdo, ou seja justifica-se a passagem desta competência para a gerência destas duas freguesias, e por isso vamos votar favoravelmente, mas os considerandos para justificar são muito pobres e podem até ter duas leituras.

Primeiro, dizer na proposta que a autarquia local tem a maquinaria necessária e a experiência nestas tarefas, pode querer dizer que a Câmara, a autarquia central, não cumpriu com as suas obrigações nesta matéria e neste território do concelho ao longo de muito tempo e, portanto, a libertação de recursos para o restante território ao entregar esta competência, que aqui se fala neste documento, não passa de uma miragem.

Em segundo, se não for este o caso, então a Câmara está a querer justificar o valor absolutamente insuficiente, e ainda bem que o Sr. Presidente o reconhece ao dizer que o valor é insipiente, que vai transferir para a delegação desta competência, para este território extenso, que é dois terços do nosso concelho Sr. Presidente.

Este montante anual, dez mil euros, para a limpeza e desmatação de bermas das estradas e caminhos municipais alcatroados num território, como já disse dois terços do nosso concelho, com centenas de quilómetros destas vias, é uma verba que se for um ano chuvoso como o deste inverno, o que tivemos neste inverno, não chega nem para metade e é tão evidente que nem precisamos mais análises ao relatório.

Deixe-me dizer Sr. Presidente que se o Sr. Presidente estiver estivesse no lugar do Presidente da Junta da União de Freguesias Marateca/Poceirão, sabendo nós o que nos mostrou quando era Presidente da Junta do Pinhal Novo, nunca aceitaria esta verba nem mesmo que depois *à priori* a pudesse alterar.

Sr. Presidente, ao atribuir esta verba dá-me impressão que houve um peso tal na consciência que houve a necessidade de compensar com retroativos, mesmo sendo verdade que já era a Junta que fazia este trabalho no terreno…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Está equivocado, a dizer asneiras atrás de asneiras."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Pois, para o Sr. Presidente é sempre asneiras, a única pessoa que não diz asneiras é o Presidente da Câmara."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Já acabou Sr. Membro da Assembleia?"

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Não.

É que depois o Sr. Presidente da Câmara terá aqui que nos explicar, e justificar, se o Sr. Presidente da Junta esteve de acordo com este valor que foi atribuído.

E já que ainda agora falou que veio da Junta de Freguesia do Poceirão, com o problema da falta de médicos, quero dizer-lhe que, e as minhas dúvidas Sr. Presidente que o Sr. Presidente da Junta tenha ficado satisfeito com este acordo, é que no dia vinte e três de maio no aniversário da Junta do Poceirão o Sr. Presidente da Junta disse, perante o Sr. Presidente da Câmara, que há cinco anos que a Câmara não coloca um quilómetro de alcatrão nas estradas desta freguesia do Poceirão, com mais de cento e cinquenta quilómetros quadrados, isso é o que nós sabemos do nosso Concelho.

Ficamos na dúvida, portanto, se o Sr. Presidente da Junta terá concordado com este contrato, já vi que não pela afirmação que o Sr. Presidente que fala sempre o mais certo e os outros todos o errado, olhava neste momento na introdução desta proposta para o Sr. Presidente da Junta dizendo que era o valor insipiente como quase a desculpar-se.

Permita-me só que lhe diga Sr. Presidente, que se naquele dia vinte e três eu estivesse no lugar do Sr. Presidente, quando saísse de lá do aniversário da Junta de Freguesia do Poceirão a primeira cosa que eu faria era colocar gelo nas orelhas."

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, nós iremos votar favoravelmente.

Ao que sei, aquando fiz parte do executivo da Quinta do Anjo, normalmente há reuniões prévias com os executivos das Freguesias e, portanto, eu pressuponho que haverá acordo da parte da Junta de Freguesia, é claro que nós enquanto executivos ou membros, na altura, da Junta de Freguesia queríamos sempre ainda mais.

Na questão das calçadas lembro-me aqui de referir, face à experiência que tinha tido da Quinta do Anjo, que já o ano passado achei que aquela verba não chegava.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Bem eu penso que esta medida que o Sr. Presidente da Câmara aqui apresentou, esta proposta, prende-se com o facto de poder agilizar os recursos de forma mais rápida, para que essas vias possam ser intervencionadas de forma mais rápida.

Darei o benefício da dúvida, e vou votar favoravelmente, e depois cá estaremos para aduzir se resultou ou não, e na próxima vez que houver de novo esta proposta o nosso sentido de voto será correspondente à avaliação que for feita do trabalho que foi feito no terreno.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

A primeira nota é naturalmente de enquadramento para quem tem a memória mais curta. Obviamente quando as propostas vêm a este fórum, elas já foram votadas em vários órgãos e não sei se já foi à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, será amanhã, mas isto foi naturalmente negociado entre ambos os executivos.

A segunda nota será talvez de formação, mas eu, pessoalmente, não consigo inteleger dos parágrafos que aqui estão as conclusões que o Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério daqui tirou, ou as inferências, ou as ilações, chamemos-lhes aquilo que entender, porque quando se diz da avaliação da execução desta competência delegada na União de Freguesias, é porque esta competência está delegada nos aceiros e caminhos e, portanto, a União de Freguesias sabe quanto é que gasta com este trabalho nos aceiros e caminhos e esses sim têm, de facto, muitos quilómetros e está incluído no valor do protocolo.

A freguesia sabe fazê-lo, fá-lo nos aceiros, o município considerando que tem duas máquinas, que tem um concelho enorme, com um inverno que todos, a não ser que também haja aqui dificuldades em reconhecer, foi atípico, choveu fora de tempo, choveu depois de se ter aplicado química, choveu depois de se ter feito o corte e portanto está quase tudo a precisar de novo de corte.

Esta lógica da resposta de proximidade deve ser experimentada sem quaisquer receios e fazemos isto com esta junta e não fazemos com outras, porque não têm os meios que a União de Freguesias de Poceirão tem, e é por isso que estamos a fazer, e o valor em presença é insipiente considerando que faltam seis meses. Para o ano sendo o ano inteiro, terá que ser feito de outra forma, é que o município já lá interveio na

freguesia, o Sr. Presidente também interveio, o Sr. Presidente até colocou monda química nalgumas estradas municipais também. E o município e as juntas cooperam, sempre cooperaram, até de cores políticas diferentes, nós na Marateca fazíamos intervenções desta natureza e quando era necessário a freguesia também as fazia pelo município, e sempre acertamos contas, e sempre trocamos materiais e sempre correu tudo bem.

Portanto, nós não temos com qualquer junta uma relação desconfiada, e também não trabalhamos com as juntas para enganar as juntas, as coisas são negociadas, havendo possibilidade de ampliar, de ir mais longe, fazemo-lo. Nós conhecemos os meios técnicos que a junta tem e, naturalmente, dizemos e reafirmamos esta descentralização irá contribuir para a libertação de recursos técnicos e humanos municipais, possibilitando o reforço das intervenções necessárias no restante território municipal. Então não se compreende isto? Então se nós ficarmos focados só num território, não é, se os meios são poucos e a junta ficar com aquela parte do território é óbvio que a nossa maquinaria e os nossos poucos recursos deixam de ir àquele território e portanto tudo o resto é necessidade de marcar uma posição política e de criar aqui algum *frisson* de coisas desnecessárias, esta verba é suficiente para os seis meses de trabalho que se avizinham. Em outubro teremos oportunidade, primeiro, de avaliar o trabalho, saber quantas passagens são feitas por ano e sabemos quantos quilómetros depois foram feitos e se justifica um reforço, porque nós se tivermos que adjudicar isto a uma empresa, também sabemos quanto é que custa, mas naturalmente sabemos que as nossas juntas conseguem fazer por um valor inferior, até porque estas verbas não estão sujeitas a IVA, enquanto que numa empreitada estariam e, portanto, ficaria muito mais dispendioso ao município e penso que sobretudo interessa-nos que o trabalho seja feito e que os territórios saiam beneficiados desta intervenção de proximidade.

Se a junta chegar a determinada altura, e disser este ano em vez de duas passagens por ano tive que fazer quatro e o dinheiro não chega, eu convido o Sr. Membro da Assembleia a ler os nossos protocolos e contratos interadministrativos e acordos de execução.

Ao contrário de outros que nós conhecemos, não é, e também gostava de conhecer alguns municípios do seu partido para ver se chegam aos calcanhares destes, digo isto sem qualquer problema, eu gostaria de saber onde é que está a cláusula que permite sempre acerto de contas e ser ressarcido, portanto também não há aqui que temer pelo prejuízo da União de Freguesia, porque o Sr. Presidente sabe ser reivindicativo, às vezes até se estende um bocadinho e, portanto, eu não tenho as orelhas a arder, por acaso tenho umas orelhas grandes e bonitas, mas não as tenho a arder, não tive, não sei se o senhor esteve na sessão solene do aniversário, eu não me lembro tê-lo visto lá, mas podia ter assistido à minha resposta e, portanto, eu respondi nessa altura, não lhe devo essa resposta agora.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos votar Srs. Membros da Assembleia."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos - Alteração dos mapas de execução

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ponto seis, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente trata-se de atualização de valores relativos aos acordos de execução que temos com a União de Freguesias de Poceirão/Marateca e a Junta de Quinta do Anjo, freguesias com quem temos o Acordos de Execução, para a limpeza de vias e espaços públicos…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Os mapas de execução, alteração dos mapas de execução."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Epá! Os mapas de execução onde é que estão?

Ah! Peço desculpa. Ora aqui está um trabalho de melhoria, o nosso Gabinete de Participação e Cidadania analisando os documentos que aprovámos aqui, os mapas de controlo de execução, analisando também e monitorizando a execução das freguesias, considerou que os mapas precisavam de melhoramentos para serem ainda mais claros na natureza das intervenções, no custo das mesmas, porque quanto mais se especificar mais transparente é esta monitorização da execução e, portanto, estes mapas foram discutidos com os serviços municipais que trabalham nestas áreas e foram discutidos com as respetivas freguesias e houve acordo de que deveria de haver esta melhoria nos mapas e, portanto, como faziam parte, eram anexos, aos contratos e aos acordos de execução não podemos alterar um documento sem trazê-lo à Assembleia.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Votamos então."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Atualização de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e União das Freguesias de Poceirão e Marateca. Acordo de Execução – limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora sim, Sr. Presidente a última proposta, atualização de comparticipação financeira."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Como eu dizia com Quinta do Anjo, Poceirão e Marateca o município tem há vários anos, tinha dantes Protocolos de Delegação de Competências, agora Acordos de Execução para a limpeza de vias e espaços

públicos, sarjetas e sumidouros e, geralmente, o município tinha destacado pessoal para estas juntas de freguesia e quando o pessoal não era possível estar lá destacado, ou pessoas que se reformavam, pessoas que adoeciam, o Acordo de Execução previa uma verba para a freguesia contratar aquilo que nós chamávamos "Unidades Funcionais de Trabalho".

A verba, nos últimos anos, veio a revelar-se insuficiente porque não cobria naturalmente despesas com a TSU, subsídios, apesar de alguns terem andado suspensos, a verba estava abaixo daquilo que era necessário para as nossas juntas.

Isto não se fez sentir nos primeiros tempos, porquanto estavam lá pessoas colocadas pela Câmara mas a partir do momento em que começam a desaparecer, e aconteceu em todas as freguesias, pessoas que se reformaram, pessoas que têm baixas prolongadas e que não podem regressar ao serviço, manter este valor que dantes tinha um caráter excecional, manter este valor para as freguesias hoje procederem à contratação o valor anterior era insuficiente e injusto. E, portanto, aquilo que propomos é uma atualização com base na remuneração base e, obviamente, isto cada ano que houver alterações e oxalá haja aumentos do salário mínimo, nós teremos que trazer atualizações e a remuneração base, o subsídio de refeição, subsídio de natal, a TSU, etc., nós temos que passar a pagar dez mil duzentos e doze euros vírgula vinte cinco por cada trabalhador que não consigamos colocar na junta e a junta, depois, fará o favor, como já estão a fazer algumas, de fazer os procedimentos concursais para admitirem estes trabalhadores por este valor que é o valor de um assistente operacional, dum cantoneiro de limpeza na Câmara Municipal.

Entendemos que isto deve de ser feito já com efeitos retroativos a dois mil e dezasseis porque de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis o número de situações pessoas a contratar, duplicou ou triplicou, houve de facto muita gente que deixou de prestar trabalho nestas juntas de freguesia.

Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Então votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e sete minutos do dia vinte sete de junho de dois mil e dezasseis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte sete de junho de dois mil e dezasseis.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete